

Marcela Souza Silva

A PECUÁRIA NO SUL DA ILHA DE SANTA CATARINA: SUA EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS

Monografia apresentada ao curso de graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva

Florianópolis 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Marcela Souza
A PECUÁRIA NO SUL DA ILHA DE SANTA CATARINA: SUA
EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS / Marcela Souza Silva ;
orientador, Clécio Azevedo da Silva, 2017.
55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Geografia,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

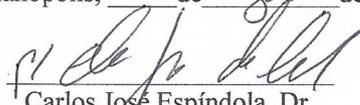
1. Geografia. 2. Pecuária. 3. Crescimento Urbano. 4.
Uso e Ocupação do Solo. I. Silva, Clécio Azevedo da. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Geografia. III. Título.

Marcela Souza Silva

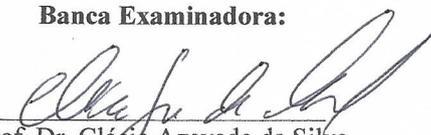
A PECUÁRIA NO SUL DA ILHA DE SANTA CATARINA: SUA EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS

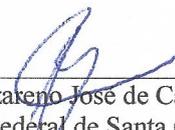
Esta Monografia foi julgada adequada para obtenção do Título de Bacharel em Geografia Pela Universidade de Santa Catarina e aprovado em sua forma final pelo Programa de Graduação em Geografia.

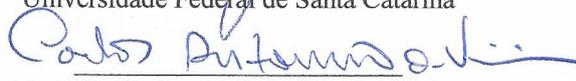
Florianópolis, 24 de Agosto de 2017.

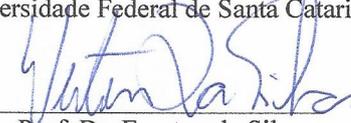

Carlos José Espíndola, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dr. Nazareno José de Campos
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dr. Carlos Antônio Oliveira Vieira
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dr. Everton da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus queridos e amados pais, Sonia Souza Silva e Oldemar Silva Junior, por todo incentivo e apoio na minha vida pessoal e profissional. Aos meus irmãos e amigos, Bruno Souza Silva e Gabriela Souza Silva por estarem sempre ao meu lado.

Meu agradecimento especial ao meu orientador, Prof^o Dr. Clécio Azevedo da Silva, pela paciência, atenção e orientação, para que eu pudesse desenvolver este trabalho. À todos os professores que fizeram parte desta jornada, e repassaram seus conhecimentos.

Meus agradecimentos especiais também aos meus supervisores de estágio pela oportunidade de poder estagiar durante a graduação e adquirir novas experiências trabalhando com profissionais tanto da geografia como de outras áreas.

Cada imagem e ideia sobre o mundo é composta, então, de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória. Os lugares em que vivemos, aqueles que visitamos e percorremos, os mundos sobre os quais lemos e vemos em trabalhos de arte, e os domínios da imaginação e de cada fantasia contribuem para as nossas imagens da natureza e do homem. Todos os tipos de experiência desde os mais estreitamente ligados com o nosso mundo diário até aqueles que parecem remotamente distanciados, veem juntos compor o nosso quadro individual da realidade. A superfície da terra é elaborada para cada pessoa pela refração através de lentes culturais e pessoais, de costumes e fantasias. Todos nós somos artistas e arquitetos de paisagens, criando ordem e organizando espaços, tempo e causalidade, de acordo com nossas percepções e predileções.

RESUMO

O presente trabalho refere-se à presença da pecuária no sul da Ilha de Santa Catarina, sua evolução e perspectivas. Ao longo dos anos, alguns espaços tradicionalmente usados pelos moradores, para criação de equinos e bovinos, foram sendo alvo da especulação imobiliária em vários bairros na Ilha de Santa Catarina, desde a década de 1950 e foram conseqüentemente, substituídos por ocupações de interesse imobiliário. Apesar do crescimento urbano, verifica-se ainda na Ilha de Santa Catarina, a presença marcante da atividade pecuária. O objetivo do trabalho consistiu em apresentar, a partir de uma análise temporal, a evolução e permanência desta atividade em espaços, que, tidos como predominantemente rurais, não foram extintos. Para alcançar os resultados foram utilizados softwares de Sistema de Informação Geográfica (SIG), além de entrevistas e fotografias em campo. O resultado da pesquisa indicou que o rural não está extinto na capital do estado de Santa Catarina, que mesmo sendo considerada turística, notam-se fazendas, criação e comercialização de equinos e bovinos e existem diversos fatores que podem ser estudados para explicar determinados usos e ocupações no solo na Ilha de Santa Catarina, indicando quem são os proprietários desses espaços com características do rural e seu interesse em conservar esta atividade mesmo diante do crescimento urbano atualmente.

Palavras-chave: Pecuária; crescimento urbano; uso e ocupação do solo.

ABSTRACT

The present work refers to the presence of livestock in the south of Santa Catarina Island, its evolution and perspectives. Over the years, some spaces traditionally used by residents to breed equines and cattle have been the target of real estate speculation in several neighborhoods on the island of Santa Catarina since the 1950s and were consequently replaced by occupations of real estate interest. In spite of the urban growth, there is still the presence of Santa Catarina Island, the remarkable presence of livestock activity. The objective of this work was to present, from a temporal analysis, the evolution and permanence of this activity in spaces, which, considered as predominantly rural, were not extinct. In order to achieve the results, Geographic Information System (GIS) software was used, as well as interviews and field photographs. The result of the research indicated that the rural is not extinct in the capital of the state of Santa Catarina, that even being considered tourist, there are farms, breeding and commercialization of horses and cattle and there are several factors that can be studied to explain certain uses and occupations in the island of Santa Catarina, indicating who are the owners of these spaces with characteristics of the rural and their interest in preserving this activity even in the face of urban growth today.

Keywords: Livestock; urban growth; use and occupation of the soil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização das áreas visitadas em campo.....	24
Figura 2. Presença de equinos no sul da Ilha de Santa Catarina.....	27
Figura 3. Caracterização do rural no Alto Ribeirão da Ilha, próximo a uma área residencial	28
Figura 4. Comércio e área residencial no entorno da Universidade Federal de Santa Catarina	29
Figura 5. Comércio no bairro do Campeche, Florianópolis/SC	29
Figura 6. Visualização da ocupação no sul e na área central da Ilha de Santa Catarina	30
Figura 7. Mapa do zoneamento do Ribeirão da Ilha que abrange parte do sul da Ilha de Santa Catarina	32
Figura 8. Legenda do mapa do Plano Diretor de Florianópolis de 2014.....	33
Figura 9. Composição colorida de 2002.	34
Figura 10. Composição colorida de 2009.	35
Figura 11. Composição colorida de 2012.	35
Figura 12. Composição colorida de 2015.	36
Figura 13. Ortofoto de uma área localizada no sul da Ilha de Santa Catarina em 1957.....	37
Figura 14. Ortofoto de uma área localizada no sul da Ilha de Santa Catarina em 1977.....	38
Figura 15. Ortofoto de uma área localizada no sul da Ilha de Santa Catarina em 1994.....	39
Figura 16. Ortofoto de uma área localizada no sul da Ilha de Santa Catarina em 2009.....	40
Figura 17. Residência no bairro do Saco dos Limões, onde há criação de equinos para o carregamento de entulhos	41
Figura 18. Terreno onde ficam os equinos no bairro do Saco dos Limões.	41
Figura 19. Visualização da infraestrutura da Fazenda Cordeiros, destinada a comercialização de equinos e bovinos.	42
Figura 20. Fazenda Cordeiros.	42
Figura 21. Área de Urbanização Especial, onde a Fazenda Cordeiros está localizada.	43
Figura 22. Legenda do zoneamento de Área de Urbanização Especial.	43
Figura 23. Área de Preservação - Uso Limitado - Planície.....	44
Figura 24. Legenda do zoneamento de Área de Preservação Uso Limitado – Planície.....	44
Figura 25. Criação de equinos no sul da Ilha de Santa Catarina.	45
Figura 26. Beira Mar Norte, Florianópolis/SC.....	46
Figura 27. Loteamento de alto padrão construtivo no bairro do Campeche.	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Comparação do Produto Interno Bruto do município de Florianópolis/SC.	49
Tabela 2. Quantidade de efetivos bovinos no município de Florianópolis/SC.	49
Tabela 3. Quantidade de efetivos equinos no município de Florianópolis/SC.....	49
Tabela 4. Espécie de animal bovino no município de Florianópolis/SC.....	50
Tabela 5. Espécie de animal bovino por gênero no município de Florianópolis/SC	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Crescimento do PIB da agropecuária no município Florianópolis a preços correntes (R\$).....	48
Gráfico 2. Evolução da quantidade de bovinos e equinos por cabeça no município de Florianópolis.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIDASC	- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPUF	- Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
LabTrans	- Laboratório de Transporte e Logística
PMF	- Prefeitura Municipal de Florianópolis
SC	- Santa Catarina
SIG	- Sistema de Informação Geográfica
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UTM	- Universal Transversa de Mercator

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 URBANIZAÇÃO E MUDANÇAS NO USO DA TERRA	24
2.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	24
2.2 UTILIZAÇÃO DA ÁREA COMUNAL NA ILHA DE SANTA CATARINA	25
2.3 RENDA DA TERRA E EXPANSÃO DA CIDADE SOBRE O CAMPO	25
2.4 O PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS E SUA PERSPECTIVA.....	30
2.5 ANÁLISE TEMPORAL DA OCUPAÇÃO DO SOLO NO SUL DA ILHA DE SANTA CATARINA	34
3 A QUESTÃO DA PECUÁRIA REMANESCENTE	36
3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS CRIAÇÕES DE BOVINOS E EQUINOS NA ILHA DE SANTA CATARINA	36
3.2 IMPACTOS DO CRESCIMENTO IMOBILIÁRIO	45
4 DINÂMICA EVOLUTIVA ATUAL DA ATIVIDADE PECUÁRIA	47
4.1 DESEMPENHO ATUAL DO SETOR PRODUTIVO.....	47
4.2 FATORES CONDICIONANTES PARA A DIMINUIÇÃO DOS ESPAÇOS UTILIZADOS PARA PECUÁRIA.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a presença da atividade pecuária na Ilha de Santa Catarina, utilizando o sul da Ilha como estudo de caso.

Localizado na região sul do Brasil, o município de Florianópolis de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) abrange 675, 409 km² de área territorial, e contava com 421.240 habitantes em 2010, com estimativa de 477.798 habitantes para o ano de 2016 (IBGE, 2016). Integrante ao município de Florianópolis, a Ilha de Santa Catarina é separada do continente pelas baías norte e sul, e possui 421,98 km² de área territorial (NEVES, 2017).

Mesmo com o crescimento urbano, a criação de equinos e bovinos continua sendo uma atividade presente e marcante na Ilha de Santa Catarina, em terrenos extensos e em fundo de quintal com predomínio do rural. Neste sentido, é pertinente analisar os fatores que conservam a permanência desta atividade, assim como sua evolução ao longo dos anos e sua perspectiva.

A criação de bovinos e equinos, desde meados do século XX eram muito comum na Ilha de Santa Catarina, principalmente em terrenos extensos e nas chamadas *terras de usos comuns*. Com o recrutamento pelos officios da pesca e dos trabalhos urbanos, a atividade agrícola-pesqueira diminuiu, e começaram a formação dos primeiros latifúndios. As áreas que mais sofreram com o início da ocupação urbana neste período, foram as áreas centrais e algumas áreas localizadas no interior da Ilha (CECA, 1996).

A partir da década de 1950, a Ilha de Santa Catarina passou a vivenciar um grau crescente de transformações no uso e ocupação do solo, devido às inúmeras transformações espaciais e novas relações estabelecidas, ligadas, sobretudo, ao processo de urbanização, com construção de inúmeros empreendimentos, de forma a atender as demandas do mercado e dos interesses capitalistas. O crescimento urbano vem caracterizando a ocupação da Ilha de Santa Catarina desde o século XVIII, e impõe um novo dinamismo no município.

Um dos condicionantes para a expansão da cidade além da área central foram as mudanças nas diretrizes do Plano Diretor, que visavam e visam o desenvolvimento urbano, dando origem a um novo ordenamento fundiário, onde, antigos espaços de usos comuns estão sendo substituídos por investimentos do poder público e privado, de forma a comportar outras funções e a demanda da cidade. Destarte, com o crescimento urbano além da área central e com a redução de espaços rurais na Ilha, é importante analisar quais fatores atuam no ordenamento do município e impõe um dinamismo de uso e ocupação do solo.

No levantamento de campo, foram identificados, empiricamente, espaços que conservam a atividade pecuária extensiva atualmente. Na Ilha de Santa Catarina, são várias as ocorrências de terrenos que servem como pastagem de bovinos e equinos, além de fazendas dedicadas à criação de animais.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a evolução e permanência da pecuária nestes espaços que, tidos como predominantemente rurais, ainda não foram extintos, mesmo diante do intenso crescimento urbano. Os objetivos específicos são: apresentar o processo histórico do avanço da cidade sobre as áreas de uso da pecuária; delimitar a relevância da pecuária entre as atividades rurais desenvolvidas na Ilha de Santa Catarina e; realizar uma análise temporal das áreas utilizadas como pastagem no Sul da Ilha de Santa Catarina.

Para alcançar estes objetivos foi revisto o processo de uso e ocupação do município, tanto na área central como nas áreas periféricas, utilizando como estudo de caso algumas áreas localizadas no sul da Ilha. Para obtenção dos resultados, foram feitas fotografias e pesquisas em campo, a partir de entrevistas realizadas com os próprios moradores e empregados (no caso da Fazenda Cordeiros).

No trabalho foi utilizado também, o software Google Earth Pro (2016), no qual foi possível ver as imagens históricas de uma área localizada no sul da Ilha de Santa Catarina, utilizando a ferramenta “regulador”, possibilitando desta forma, fazer uma retrospectiva e análise temporal da ocupação e uso do solo na Ilha. Para criar os shapefiles de pontos e polígonos foram adicionados marcadores para indicar os locais visitados em campo e delimitadas em forma de polígono as áreas no Google Earth Pro (2016) e salvos no formato KML. Em seguida, o KML de pontos e polígonos foram convertidos em camada no ArcGis, a partir da ferramenta “Kml to layer”, que mantém a simbologia do arquivo original (ponto e polígono), e, após transformar o KML em layer, a camada de ponto e polígono foi exportada para o formato shapefile. O sistema de projeção cartográfica utilizado no projeto do mapa foi o Universal Transversa de Mercator (UTM) 22 S, Datum SIRGAS 2000.

Foram disponibilizadas também pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) ortofotos antigas do município de Florianópolis, no qual foram elaboradas no AutoCAD (2012), para inserção da escala gráfica e do norte. No trabalho foram inseridas também imagens do Plano Diretor de Florianópolis atual (2014), disponíveis na página do geoprocessamento corporativo da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e outras imagens mais específicas do sul da Ilha de Santa Catarina, indicando zoneamentos mais relativos com o tema. Além disso, foram elaboradas tabelas que detalham dados sobre a quantidade de equinos e bovinos na

cidade, extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), através do contato feito por email. Os softwares ArcGis na versão 10.1 e o AutoCAD (2012) foram utilizados e autorizados pelo Laboratório de Transporte e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans/UFSC) para elaboração das figuras 1, 13,14, 15 e 16.

2. URBANIZAÇÃO E MUDANÇAS NO USO DA TERRA

2.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A localização da área de estudo corresponde a uma parte do sul da Ilha de Santa Catarina, no qual, engloba os bairros do Campeche e do Ribeirão da Ilha. Devido à localização geográfica, situando-se mais distantes da área central, estes bairros apresentam atualmente características que se remetem ao rural. De forma a situar o leitor, foram indicados na Figura 1, os locais visitados em campo, no qual, foram feitas fotografias e entrevistas com os moradores locais que utilizam esses espaços para atividade pecuária. As coordenadas geográficas dos pontos são: Área 1: 27°42'01.50"S / 048°30'44.83"W; Área 2: 27°41'57.59"S / 048°30'35.29"W; Área 3: 27°42'09.62"S / 048°31'0.93"W; Área 4: 27°42'17.07"S / 048°30'36.71"W; Área 5: 27°41'32.28"S / 048°31'31.07"W; Área 6: 27°41'8.32"S / 048°30'43.48"W e Área 7: 27°40'35.76"S / 048°30'33.56"W.

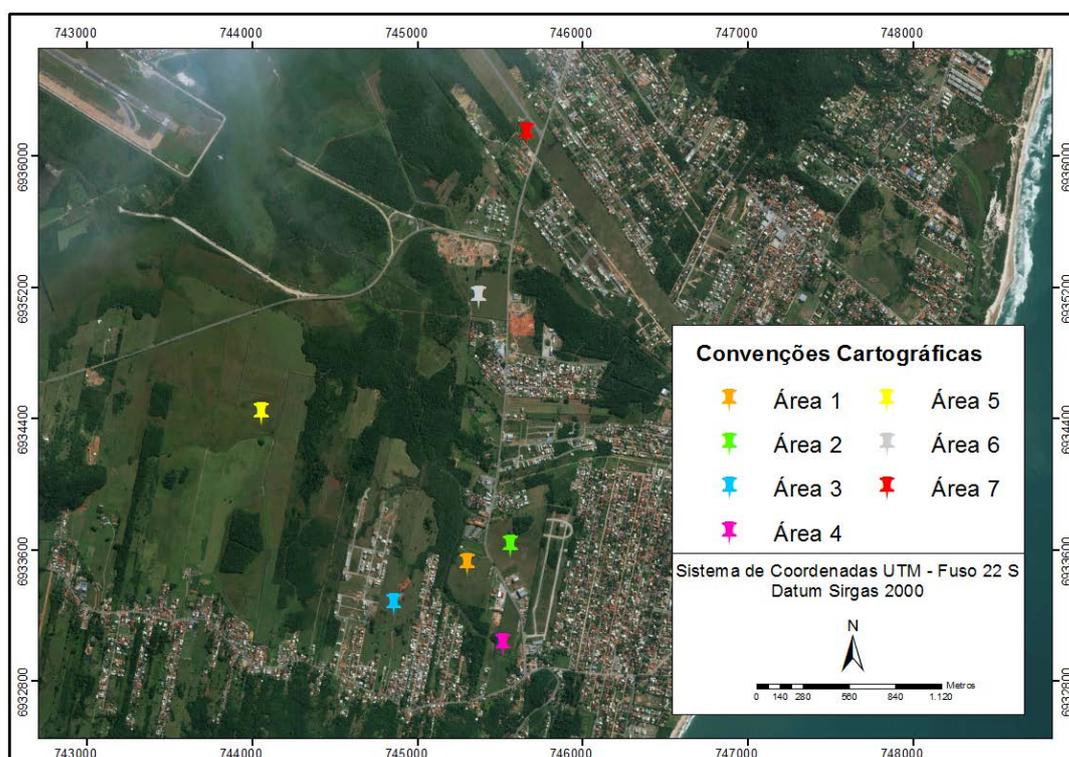


Figura1. Mapa de localização das áreas visitadas em campo.

Fonte: Google Earth Pro (2017).

A figura anterior apresenta áreas que foram analisadas em campo, no qual, pôde-se identificar empiricamente a criação de bovinos e equinos em terrenos extensos e em áreas que conservam este tipo de atividade atualmente, mesmo diante do avanço da cidade. É importante ressaltar, que mesmo distante da área central, os bairros situados nas áreas periféricas da cidade e que apresentam características rurais, estão relativamente integrado a rede urbana, porém, possuem um dinamismo de ocupação diferente da área central, no qual, será abordado no decorrer do trabalho.

As características do relevo, as propriedades do solo e a cobertura vegetal são características físicas que permitem que esses espaços sejam utilizados para criação de animais de grande porte, com relevo de planície e solo com baixa fertilidade. A vegetação nos locais indicados na figura 1 é do tipo gramínea e com arbustos baixos. As características da vegetação estão relacionadas ao uso do solo de muitos anos atrás. Na Ilha de Santa Catarina a cobertura vegetal e o solo empobreceram devido às práticas de agricultura comercial e de subsistência, que ainda podem ser vistas em alguns locais na Ilha (FLORIANÓPOLIS, 2004).

2.2 UTILIZAÇÃO DA ÁREA COMUNAL NA ILHA DE SANTA CATARINA

Iniciada em meados do século XVIII, a colonização açoriana teve seu habitat adaptado à agricultura em campos fechados, compridos e perpendiculares ao longo dos caminhos, nos litorais e vales (MAMIGONIAN, 1959). As áreas de usos comunais, de acordo com Campos (1991), eram utilizadas por pequenos produtores, que usavam sua terra para pastagem dentre outras finalidades, como a agricultura, por exemplo. Sua definição, segundo o mesmo autor, consiste em área sem interesse imediato e de forma a atrair interesses privados. No litoral Catarinense já existiam áreas de usos comunais desde o século XVIII, e “representavam a solução adaptativa dos açorianos como estratégia de sobrevivência” (CECA, 1996). As áreas de usos comunais caracterizavam-se também como sendo fundo de quintal da comunidade.

A configuração sócio-espacial brasileira, ao revelar as diferentes formas de uso e apropriação da terra, evidencia algumas categorias cuja gênese é encontrada no passado luso. Entre elas, aspectos ligados as terras de caráter público (bens da Coroa, que leva à formação do patrimônio do Estado), bem como as terras de natureza comunal (terras dos Conselhos, terras de usufruto comum, etc) (CAMPOS, 2002, p. 2).

No período feudal, apesar das terras pertencerem aos senhores, elas eram utilizadas com maior frequência entre os pequenos lavradores. Consistiam no aproveitamento de terras para a agricultura de subsistência, pastagem para criação de gado, retirada de lenha, madeira, coleta de frutos e plantas medicinais (CAMPOS, 1991). Porém, ao longo dos anos, não apresentaram os mesmos usos, o que aconteceu na Ilha de Santa Catarina. Na Ilha de Santa Catarina estas áreas comunais encontravam-se geralmente no interior e em áreas planas, em solos arenosos e ácidos de baixa fertilidade, com predomínio de restingas, pastagens e vegetação sujeita à inundação.

Um dos condicionantes para diminuição destas áreas foi o avanço da cidade decorrente do processo de urbanização, responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana (ABRAMOVAY, 2000). A espacialidade das diversas relações sociais que ocupa um lugar configura a cidade, decorrente das atividades, os saberes, as atitudes e as representações que se projetam (SÁNCHEZ, 2004).

Na Ilha de Santa Catarina, a sequência de eventos históricos apresenta o processo de urbanização como um condicionante da substituição de atividades predominantes ao longo do tempo. Entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, a pesca da baleia entrou em decadência, devido à crescente concorrência de baleeiros ingleses, pois esta atividade já não era mais compensadora aos cofres da Coroa portuguesa e os contratos por arrendamento não eram mais rentáveis. A mão de obra escrava comumente utilizada nesta atividade passou a ser utilizada nas atividades agrícolas, que foram de suma importância para a efetivação da colonização açoriana na cidade.

Por conta disso, a Ilha de Santa Catarina passou a abrigar de forma efetiva, atividades agrárias, principalmente pelos pequenos produtores que utilizavam as terras para subsistência (CAMPOS, 1991). A ocupação da terra por estes, se distribuiu de maneira irregular, criando associações diversas entre o meio rural e a área urbana, ainda restrita apenas aos arruamentos ocupados pelos equipamentos públicos, religiosos e privados que estavam diretamente conectados com o Estreito, do outro lado da baía.

2.3 RENDA DA TERRA E EXPANSÃO DA CIDADE SOBRE O CAMPO

A apropriação capitalista da terra gerou uma mutação na constituição do seu valor do uso e gradativamente lhes agregou valor mercantil (CAMPOS, 2002), que passaram a possuir valor de uso e valor de troca (BEZERRA, 2002).

O processo de urbanização na Ilha de Santa Catarina, de acordo com Campos (2002), promoveu alteração no regime de propriedade e uso da terra, fortalecendo o processo de regularização na forma de propriedade privada, dando origem a uma nova relação com o solo, onde, os usos comunais foram “substituídos pelos valores de troca, transformando o solo em produto do mercado”.

Para compreender este processo, Marx (1980) menciona que o preço do solo nada mais é que a renda capitalizada, ou seja, quando a terra urbana de espaço da produção de valor é transformada em objeto da valorização do capital, como no caso da especulação imobiliária “o preço das terras incultas, como renda, desta constituindo formula condensada, é puramente ilusório enquanto não se utilizam efetivamente as terras, mas ele a priori assim se determina e se realiza desde que haja compradores”.

A redução dos usos agrários no século XX, por consequência de medidas de modernização da capital

implantadas pelo poder público, impulsionaram o avanço da urbanização e a valorização imobiliária, tanto da área central como das áreas periféricas, acarretando na redução das atividades agrícolas em várias partes da Ilha de Santa Catarina.

A primeira intervenção do Estado para que ocorresse essa transformação foi exercer medidas de repressão das atividades tradicionais. Em 1920, a Diretoria de Higiene deu início à proibição de criação de animais, com o intuito de “erradicar hábitos e costumes que não eram condizentes aos valores higiênicos projetados sobre a cidade”. (KUPKA, 1993)

A partir das medidas de higienização implantadas pelo poder público para efetivar a modernização no município, reduzindo a criação de galinhas e outros animais, o turismo se fortalece na segunda metade do século XX, considerando o fato de que “a urbanização ainda não alcançara as comunidades do interior da Ilha, havendo uma nítida divisão econômico-produtiva” (ALVES, 2012).

O processo de urbanização acelerou-se na década de 1950, impulsionado pelo “boom imobiliário”, pelo “milagre econômico” e pelo sistema financeiro de habitação. Neste momento começaram a surgir os primeiros grandes condomínios na cidade (BEZERRA, 2002), e nos anos seguintes, conforme Lenzi (2010), “o turismo e a tecnologia apresentaram-se como grandes fontes de desenvolvimento econômico, impulsionados com estratégias de marketing do Estado”.

Se no passado a fragmentação cultural era vista pelos governantes como um problema, nas últimas décadas do século XX ela surge como uma nova estratégia. Anteriormente buscava-se a construção de um tipo ideal de cidadão catarinense, buscando a homogeneidade cultural. Contudo nas últimas décadas o governo investe na divulgação da multiplicidade étnica e na diversidade cultural, através da criação de organismos estaduais direcionados a gerir a exploração turística em todo o estado (BITENCOURT, 2004 apud ALVES, 2012, p. 124).

Pode-se afirmar que o espaço rural passou por novas transformações, onde houve um crescimento de ocupação nas áreas sem valor produtivo ou com pouco valor produtivo. Segundo Reis (2002, p.264), as extensões não parceladas, privatizadas possibilitaram a construção de grandes empreendimentos turísticos, enquanto a dispersão e a fragmentação das propriedades levaram a processos espontâneos e desarticulados entre si. O parcelamento agrícola pré-existente da terra constituiu-se como fator principal para muitos loteamentos urbanos e condomínios fechados, legalizados e criados no século XX e também para áreas ocupadas irregularmente, principalmente em locais litorâneos. O aumento do valor das terras dentro e na borda das aglomerações possibilitou a compra de glebas e a venda em lotes de todo tamanho e forma, surgindo os primeiros bairros (VEIGA, 1993, p.101).

Durante o século XX “diferentes espaços da Ilha de Santa Catarina passam a se integrar à ordem da produção capitalista”, refletindo “as transformações político-econômicas que ocorrem a nível nacional”. Com o valor da terra, surgem novas centralidades, intensificando os vínculos internos dando lugar a redes e subsistemas urbanos e rurais (SÁNCHEZ, 2004).

[...] o turismo em Florianópolis assume decisivas orientações por parte da iniciativa privada que, pelo dinamismo vislumbrado em décadas anteriores e pelas perspectivas de crescimento deste setor, passaram a exercer papel considerável de influência sobre políticas para o desenvolvimento urbano e regional. Nesse particular, as atividades ligadas às indústrias de construção civil e empreendimentos hoteleiros despontam entre aquelas que buscam, dentro de seus estilos, abocanhar o máximo da fatia desse novo tipo de geração de renda. Começa também a existir uma diversificação de atividades por parte dos grupos econômicos interessados pelo setor, em geral voltados para os meios de hospedagem (casas para aluguel, pousadas, etc.), particularmente nos locais de balneário (MACHADO, 2000, p. 177).

Com a expansão da atividade turística foi necessária também, que a estrutura viária fosse ampliada, deste modo, foram construídas novas rotas que permitissem o acesso da Ilha com o continente, como a construção das pontes Colombo Salles (inaugurada em 1975) e Governador Pedro Ivo Campos (inaugurada em 1991), além da construção de viadutos, ruas e vias duplas, que facilitaram o acesso às praias e ao interior da Ilha. Toda infraestrutura implantada atraiu um intenso fluxo migratório de estudantes, professores, funcionários públicos e um grande contingente de operários, que buscavam emprego na cidade.

A melhoria dos acessos e da infraestrutura e o aumento da oferta de serviços nos balneários foram fatores que estimularam a expansão do modo de vida urbano para as comunidades do interior da Ilha, com a gradativa substituição das áreas de produção agrícola, por chácaras voltadas para o lazer e mais tarde, pela ocupação através de novos loteamentos urbanos e turísticos (ALVES, 2012, p.160).

Com o intenso loteamento das chácaras e adensamento das edificações gerou um preenchimento dos vazios urbanos na área central da Ilha (VEIGA, 1993). Além disso, com o crescimento urbano em alguns bairros houve a incorporação de algumas áreas rurais localizadas na franja urbana. Sánchez (2004) incorpora o termo

“*periurbanização*” como o processo de interfase entre o rural e o urbano. Como no caso da substituição de uma atividade tradicional (como a agropecuária, agricultura, por exemplo) pela transformação decorrente das construções e bens e serviços que são incorporados em centros secundários da cidade.

Atualmente, pode-se considerar segundo Sánchez (2009), que há um novo modelo de expansão da cidade, decorrente do desenvolvimento de novas atividades econômicas e diversificadas (como os serviços), ao desenvolvimento de infraestrutura urbana, que são instaladas em áreas distantes do centro da cidade, porém, de forma menos intensa. Neste viés, Sánchez (2009) nomeia este processo como “*Periurbanização*”.

A *periurbanização* é um termo utilizado também pelos ruralistas que consideram o campo em processo de mutação, com tendência ao desaparecimento das atividades rurais tradicionais e a descentralização das atividades produtivas (BANZO, 2005). Esta descentralização das atividades produtivas foi fruto da própria expansão física da cidade, considerando a precariedade, ainda que provisória, das infraestruturas e dos meios de acessos, fazendo com que crescesse outros núcleos urbanos fora da área central. Ainda sobre a definição de periurbano, Sánchez (2009) ressalta que “a definição do espaço periurbano envolve um amplo espectro de situações e atores que participam na sua conformação. A ênfase é colocada nos espaços que se identificam pendulares, das transferências necessárias para dissociação dos espaços de residência e de trabalho, assim como do comércio”.

As áreas periféricas do município em relação às áreas centrais tiveram uma ocupação considerável por parte da população de classe mais baixa, devido ao baixo valor do solo. A ocupação nestas áreas se trata de uma mutação, conforme menciona Prost (1991):

Trata-se de uma mutação territorial no qual há uma mudança nas funções territoriais das zonas rurais, que paulatinamente vão perdendo seus componentes agrícolas ou agrários, em benefício das características urbanas em definição (sejam do tipo industrial ou habitacional); se trata de uma etapa intermediária desta mutação que se acompanha da implantação de equipamentos e de atividades que não estão ligados ao mundo rural, mas surgem e participam do sistema urbano.

Esta *periurbanização* se remete a novas instalações que estão sendo implantadas no município, como empreendimento de grande porte (hotéis e resorts, por exemplo) em bairros próximos à praia e também empreendimento de pequeno porte, como no caso dos nativos que aproveitam do turismo no verão para extrair renda, instalando bares, restaurantes, pousadas e quitinetes na orla da praia.

Apesar desse avanço da cidade, a *periurbanização* se constitui então, como uma fase inicial desse processo de urbanização, principalmente em bairros onde a infraestrutura e o sistema viário ainda é precário. Estes bairros conservam atualmente terrenos com características rurais marcantes (Figura 2), designando sua remanescência, devido a diversos fatores, tal como o preço da terra, precariedade no sistema viário e a segregação social interna.

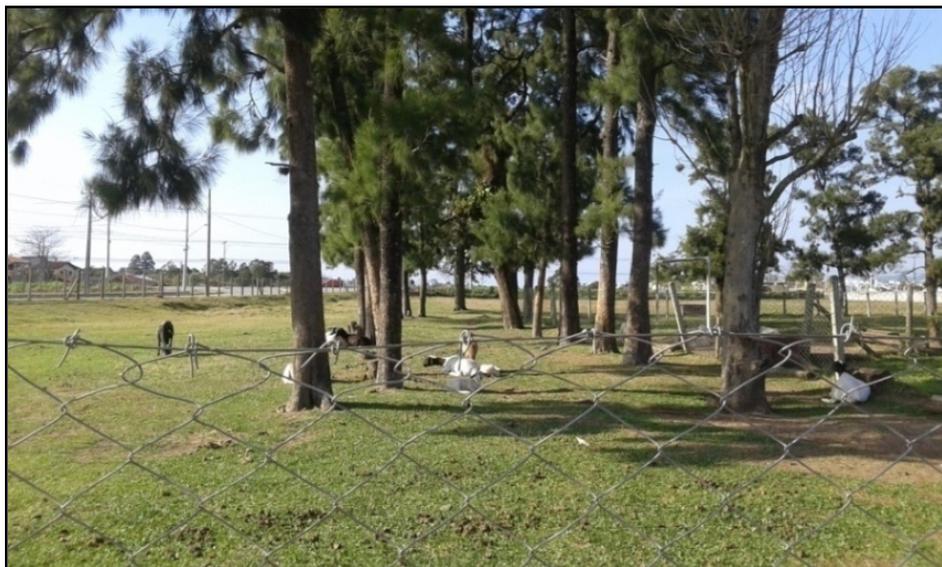


Figura 2. Presença de equinos no sul da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Hoje, encontram-se nas áreas periféricas da cidade, bairros característicos do processo de *periurbanização*, onde há a transição da cidade que se desenvolve vagarosamente. A Figura 3 mostra um terreno no Alto Ribeirão da Ilha, utilizado atualmente como pastagem para bovinos e equinos. Este terreno era utilizado antigamente como pastagens e havia no bairro engenhos em que hoje foram reformados e transformados em

restaurantes.



Figura 3. Caracterização do rural no Alto Ribeirão da Ilha, próximo a uma área residencial.

De acordo com Bezerra (2002), a década de 1950 representou uma nova fase no processo de mercantilização da terra urbana em Florianópolis, pois foi neste período que o número de loteamentos e a construção de condomínios fechados cresceram em comparação às décadas anteriores. Este processo impulsionou a comercialização de terras, desencadeando no desmembramento de terra. Conforme Amora (1996), “os desmembramentos surgem a partir de interesses dos próprios moradores e/ou ocupantes para vendê-los já como lotes urbanos, o que continua com os novos donos”. A terra comumente utilizada como uso, destinada apenas para agricultura ou pecuária, passa a ser mercadoria, atendendo a outros interesses, o interesse da produção capitalista, dando início ao processo de especulação das terras e modificando o sistema de valores.

De acordo com Alves (2012), nas últimas décadas do século XX, a Ilha de Santa Catarina sofreu significativos impactos socioeconômicos e ambientais devido às inúmeras transformações espaciais e novas relações estabelecidas em seu território. Tais transformações estão ligadas, sobretudo, às mudanças no processo de urbanização e ao surgimento de inúmeros empreendimentos imobiliários, de forma a ampliar e diversificar os usos econômicos da Ilha, considerando o grande dinamismo contido no crescimento das atividades comerciais e de serviços.

A intensificação do processo de urbanização teve início nas áreas centrais, principalmente com a implantação de órgãos públicos, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a com uma instalação das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL), que foram fatores decisivos de urbanização nas antigas áreas rurais que haviam neste local. De acordo com Trindade (2009) “o adensamento que se sucedeu foi intenso, transformando áreas antes agrícolas em condomínios residenciais e loteamentos”. Eis, então, que surge um novo ritmo de urbanização com a ocupação do solo por novos moradores na Ilha, que chegaram à cidade em busca de emprego e estudo procurando moradia próxima ao local de estudo e trabalho.

A partir dos anos 1970 a região litorânea catarinense, refletindo os rumos que tomava o capitalismo a nível nacional e mundial, sofre rapidamente uma série de transformações, alterando com profundidade a constituição social, econômica e ambiental da região. Fazem-se presentes novos contextos (econômico, social, político e cultural), possibilitando o surgimento ou expansão de interesses do capital em sua dinamicidade. Nesse período ocorre a expansão da urbanização na região, dinamizando igualmente a especulação imobiliária (CAMPOS, 2009, p. 14).

Na mesma direção, a divulgação da capital do estado de Santa Catarina como turística, especialmente a partir da década de 1970, fez com que crescesse o número da população residente (flutuante e permanente) e consequentemente, a apropriação do espaço pelos grupos econômicos vinculados à especulação imobiliária.

A Figura 4 mostra o bairro do Pantanal, um dos bairros no entorno da UFSC, com grande número de comércio, tais como bares e restaurantes.



Figura 4. Comércio e área residencial no entorno da Universidade Federal de Santa Catarina.

Segundo Marx (1980) há duas causas da renda diferencial que contribuem para o aumento da renda da terra: a fertilidade e a localização, sendo que “um terreno pode estar bem situado e ser pouco fértil, e vice-versa”. Apesar do solo não ser fértil e favorável à agricultura na área central, o investimento público fez com que renda da terra aumentasse. Além disso, o investimento de capital no solo com a pavimentação de estradas, construção de rodovias e do sistema viário é um condicionante para o crescimento de novos centros urbanos, bem como escoamento de mercadorias e o crescimento do comércio local, que dão origem a novas estruturas espaciais.

Com o aumento de investimentos públicos e privados em novas áreas de lazer, no mercado imobiliário e na construção civil, ocorreu a ampliação da oferta de serviços, como bares, restaurantes e hotéis, a abertura de novos loteamentos e a construção de novas moradias para aluguel e segunda residência (ALVES, 2012, p. 122).

Há de ser considerada além do núcleo urbano de Florianópolis, a implantação de comércios de pequeno e grande porte, como lojas, restaurantes, bares em bairros distantes da cidade. Na Figura 5, é possível observar a instalação do comércio no bairro do Campeche, que nos fazem questionar sobre a dinâmica econômica na Ilha.



Figura 5. Comércio no bairro do Campeche, Florianópolis/SC.

No que concerne à expansão da cidade sobre o campo, é preciso ter conhecimento de que há uma dinâmica na expansão da cidade, que ocorre de forma heterogênea. Apesar do rápido crescimento de certos espaços dentro do município, é preciso considerar outros que ainda apresentam um processo mais lento e possuem outros usos e ocupações atualmente. Esta análise pode ser feita na Figura 6, no qual, observa-se maior ocupação na área central e terrenos mais desocupados no sul da Ilha, que nos fazem questionar sobre a evolução destas áreas e a perspectiva dos usos ali presentes.



Figura 6. Visualização da ocupação no sul e na área central da Ilha de Santa Catarina.
Fonte: Google Earth Pro (2017).

Quando o turismo assumiu importância econômica no município de Florianópolis a partir de 1970, ocorreram mudanças culturais e socioespaciais nas localidades do interior da Ilha, devido ao aumento de áreas residências e do número de loteamentos, ocupados principalmente por novos moradores oriundos de outras cidades e estados, ocasionando os desmembramentos dos distritos. Conforme Bezerra (2002) “o investimento inicial de capital ocorre em um primeiro momento no mercado de terras para depois direcionar-se para outros setores produtivos, como a construção civil, por exemplo, seguindo o movimento da dinâmica econômica”.

Neste viés, com o crescimento do número de habitantes no município, entra em vigor um novo Plano Diretor, sendo o último de Florianópolis do ano de 2014, no qual, que rege ocupação e o uso do território continental e insular da capital do Estado de Santa Catarina.

2.4 O PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS E SUA PERSPECTIVA

No início de 1950, na localidade dos grandes vazios urbanos, no interior da Ilha, a ligação do centro com essas áreas era muito precária, devido à presença de muitas glebas de terra remanescente das antigas chácaras, dificultando o acesso, em função da característica das ruas de largura reduzida. Neste sentido, uma das propostas do Plano Diretor de 1952 era o melhoramento do sistema viário, para que pudesse atender demanda do aumento populacional e a conexão do setor norte e sul com a área central e a Ilha com o continente.

[...] a principal proposta do Plano consistiu na continuidade e/ou ampliação das vias existentes, no melhoramento das conexões entre a porção norte e a porção sul da península central, o que geraria consequentemente o desmembramento das grandes glebas ocupadas pelas chácaras, no alargamento progressivo de algumas vias da área central e na hierarquização viária (SOUZA, 2010, p. 83).

Outra proposta do Plano Diretor de 1952 e do urbanismo modernista foi a divisão da cidade em zonas. No entanto, essa proposta de zoneamento não alterou a organização espacial do município, ao contrário, reiterou as características já presentes. Os zoneamentos permitiam a coexistência de diferentes funções em uma mesma zona, podendo ser comercial e residencial. A partir da aprovação do plano em 1955, o processo de verticalização na área central que já vinha se insinuando desde meados dos anos 1940, começou a ser implantado, com a construção dos primeiros edifícios, e, desde então, os investimentos públicos e privados passaram a se concentrar nessa área. Em relação às populações de baixa renda, estas ocupavam as áreas de encostas de morros, as áreas continentais, e as áreas periféricas da cidade.

Com a aprovação do plano diretor em 1955 e pertencente à Lei nº246/55, o Plano Diretor de Florianópolis teve forte influência nas transformações urbanas que o município presenciou a partir da década de 1950, o que implicou no aumento das ações do capital imobiliário e fundiário e consequentemente, na organização

socioespacial¹.

O Plano Diretor de 1952 foi determinante para a organização espacial de Florianópolis a partir de sua aprovação. As propostas contribuíram para a consolidação do processo segregativo que se definia, e colaborou para a priorização da área insular em detrimento da área continental da cidade (SOUZA, 2010. p. 119).

No entanto, o primeiro Plano Diretor de Florianópolis exerceu forte influência para elaboração dos posteriores planos e se constituiu como um plano de remodelação urbanística. O Plano Diretor tem o intuito de ordenar o território com através de “diretrizes, metas e ações mais justas e equilibradas, voltadas a inovações que contemplem os anseios do presente e do futuro, em termos de desenvolvimento urbano planejado” (PMF, 2014). Visando o crescimento urbano do município de forma “ordenada”, o próprio plano gera proposta de novas centralidades e estimula o desenvolvimento de distritos e bairros.

A proposta das novas centralidades é tida como o segundo modelo de transformação presumível para Florianópolis – que também pode servir à Região Metropolitana - e uma das inovações mais ousadas do Plano Diretor. Sugere-se a inversão do atual padrão disseminado de construções verticais pelo modelo concentrador de centralidades induzidas ou núcleos urbanos projetados, em que zonas predominantes de moradia ocupam porções generosas do território e outros grandes espaços são preservados e utilizados como parques urbanos e áreas de lazer (PMF, 2017).

O novo Plano Diretor de Florianópolis teve como proposta, novas centralidades, com o objetivo de reforçar as relações de vizinhanças e fortalecer os usos e as funções urbanas, conforme descrito no Art. 12º, inc. I, da Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014. O Plano Diretor (Figura 7) é uma das atribuições do poder executivo municipal, a fim de evitar que o processo de urbanização aconteça de forma desordenada, respeitando o ecossistema e promovendo a qualidade de vida da população. Apesar disso, como na maioria das cidades brasileiras, o processo de urbanização no município de Florianópolis aconteceu de forma desordenada e muitas vezes os planos diretores são desrespeitados, agravando problemas ambientais urbanos e de mobilidade.

Tal desordenamento se remete não somente a planos diretores atuais, mas aos planos antigos que não apresentavam restrições urbanísticas e ambientais. Os primeiros planos diretores visavam a urbanização (como o Plano Diretor de 1955, citado anteriormente), pois existia certo incentivo dos gestores públicos para o desenvolvimento do município, no que concerne a construção civil a partir de construções verticais, uma vez que essas obras geravam empregos e deixavam o município com aparência de um grande centro urbano, o que era muito comum no governo pós-64, que desejava criar diversos centros metropolitanos em âmbito nacional. As novas centralidades podem ser vista na figura a seguir, onde foi anexado o mapa de zoneamento do Ribeirão da Ilha, que abrange parte dos zoneamentos do sul da Ilha de Santa Catarina. As cores representam zonas com áreas determinadas funcionalidades, criadas de forma a ordenar o processo de urbanização no município.

¹ O termo “*socioespacial*”, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística) (CATALÃO, 2012, p. 2-3).

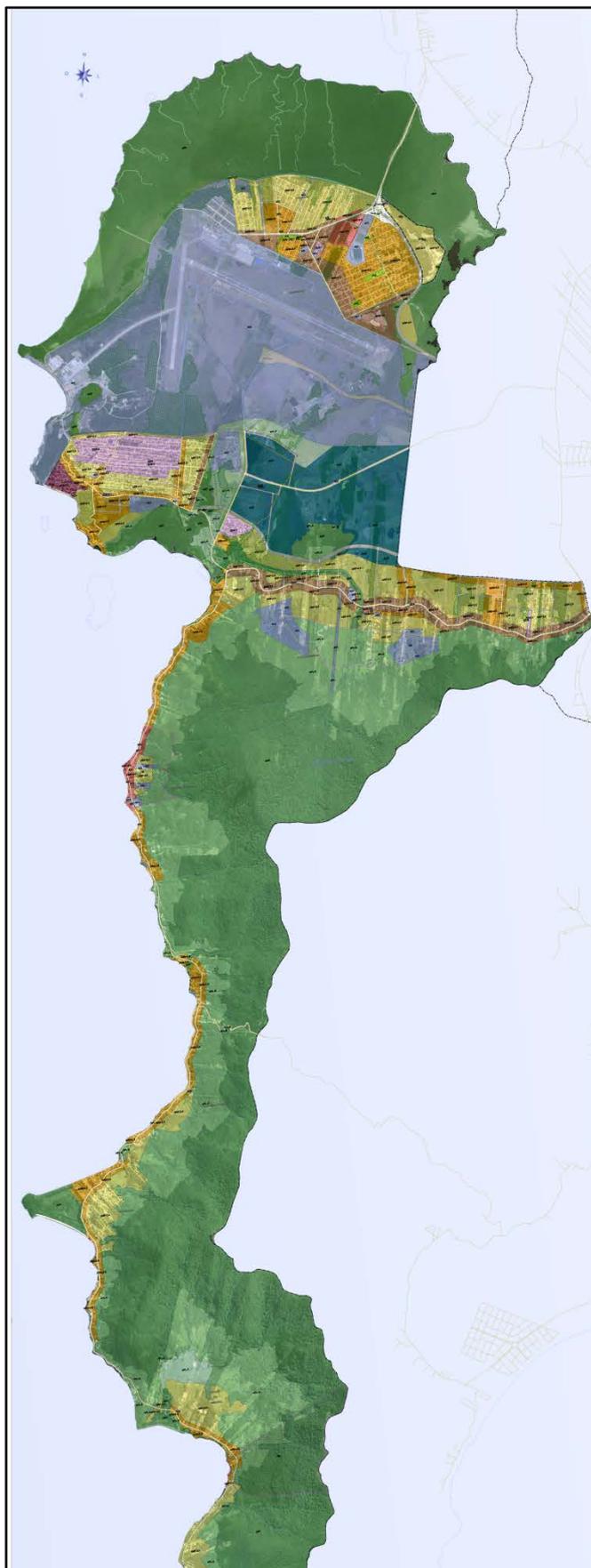


Figura 7. Mapa do zoneamento do Ribeirão da Ilha que abrange parte do sul da Ilha de Santa Catarina.
Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2014).

LEGENDA	
ZONEAMENTO PRIMÁRIO	
	APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
	APL-E - ÁREA DE PRESERVAÇÃO COM USO LIMITADO (ENCOSTA)
	APL-P - ÁREA DE PRESERVAÇÃO COM USO LIMITADO (PLANÍCIE)
	AVL - ÁREAS VERDES DE LAZER
	ARR - ÁREA RESIDENCIAL RURAL
	ACI - ÁREA COMUNITÁRIA / INSTITUCIONAL
	ARP - ÁREA RESIDENCIAL PREDOMINANTE
	ARC - ÁREA RESIDENCIAL CULTURAL
	ARM - ÁREA RESIDENCIAL MISTA
	ATR - ÁREA TURÍSTICA RESIDENCIAL
	ATL - ÁREA TURÍSTICA DE LAZER
	AMC - ÁREA MISTA CENTRAL
	AMS - ÁREA MISTA SERVIÇOS
	APT - ÁREA DE PARQUE
	AUE - ÁREA DE URBANIZAÇÃO ESPECIAL
	ZEIS - ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
ZONEAMENTO SECUNDÁRIO	
	APC - ÁREA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL
	AEIS - ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL
	AEA - ÁREA DE ESTUDO AMBIENTAL
	POLC - POLÍGONO CENTRAL
	TRIC - TRIÂNGULO CENTRAL
	OUC - ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA
	ALA-1 - ÁREA DE LIMITAÇÃO AMBIENTAL - VEGETAÇÃO
	ALA-1 - ÁREA DE LIMITAÇÃO AMBIENTAL - BANHADO
	ALA-1 - ÁREA DE LIMITAÇÃO AMBIENTAL - ÁREAS TOMBADAS
	UC - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO / ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS
	LAGOA/LAGUNA/RIOS
	ARRUAMENTO/RODOVIA (EXISTENTES)

Figura 8. Legenda do mapa do Plano Diretor de Florianópolis de 2014.
Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF).

Considerando o aumento da renda da terra e a expansão da cidade sobre o campo, impulsionado pelo urbanismo modernista nos primeiros planos diretores, no qual, foram elaborados visando o desenvolvimento municipal principalmente em sua área central, ficou evidente a segregação sócio-espacial² em toda Ilha de Santa Catarina a partir da análise dos zoneamentos definidos pelo poder público, referente às funcionalidades e tipos de ocupações específicas nos bairros.

Utilizando como exemplo o mapa do Ribeirão da Ilha, que abrange parte do bairro em estudo, no Plano Diretor de 2004, existem dentro do macrozoneamento do município, diversas zonas que foram delimitadas em áreas de usos e ocupações específicas, tais como, Área Residencial Predominante (ARP), Área Residencial Mista (ARM), Área Turística Residencial (ART), Área Mista de Serviço (ARM), Área Mista Central (AMC), entre outras, que configuram o município, assim como as atividades e funções ali presentes, que servem como fatores condicionantes para o processo de expansão da cidade. Porém, existem questões ambientais que restringem e limitam atualmente certos usos e ocupações em determinadas áreas, tais como, Área de Preservação Permanente (APP), Área de Preservação de Uso Limitado – Encostas (APL – E) e Área de Preservação de Uso Limitado – Planícies (APL – P).

² O termo “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade) (CATALÃO, 2012, p. 3).

Dentre essas áreas, no sul da Ilha foram identificadas áreas referentes à Preservação de Uso Limitado – Planícies (APL-P) e de Urbanização Especial (PMF, 2014), que servem como fatores que conservam atualmente a permanência da atividade de pecuária extensiva, como a legislação e a renda da terra.

2.5 ANÁLISE TEMPORAL DA OCUPAÇÃO DO SOLO NO SUL DA ILHA DE SANTA CATARINA

O Sistema de Informação Geográfica (SIG) e as imagens de satélites são ótimas ferramentas que servem de subsídio na análise de uso e ocupação do solo, indicando a evolução do espaço urbano e rural no município. Um SIG consiste em um sistema de informação computacional projetado com o intuito de coletar, armazenar e analisar objetos e fenômenos, sustentados pela localização geográfica (Aronoff, 1989).

No SIG são utilizados dados geográficos ou georreferenciados, cuja dimensão espacial está associada à sua localização na superfície da terra, num determinado instante ou período de tempo e podem ser representados na forma vetorial e matricial. Além disso, o SIG consiste em uma ferramenta muito importante na análise espacial das diferentes unidades que compõe a paisagem.

O SIG é uma ferramenta essencial para o gerenciamento de todos os tipos de recursos, e recursos especialmente naturais. Seja como ferramentas de gestão ou ferramentas de análise, o SIG desempenha um papel fundamental hoje em dia para utilização ótima e racional desses recursos (OLAYA, 2011, p. 793)

A partir da ferramenta de SIG foi elaborado o mapa de localização da área em estudo, de forma a situar o leitor. Para elaboração do mapa foi utilizado o software ArcGis na versão 10.1, no Laboratório de Transporte e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans/UFSC), utilizando como imagem de fundo, a imagem de satélite “BasemapImagery”, disponibilizada pelo próprio software, e também arquivos shapefiles de pontos criados a partir do Kml. O shapefile corresponde a um arquivo vetorial usado comumente em aplicações geoespaciais. Foram criados shapefiles de pontos para indicar as áreas visitadas em campo.

De forma a apresentar a dinâmica do avanço da cidade, foram utilizadas imagens de satélite (representada no formato matricial), indicando a localização deste processo no espaço geográfico ao longo dos anos em análise e ortofotos. Com base em métodos e experiência em SIG, foi criada uma poligonal no software Google Earth Pro, indicando a área em estudo, demonstrando o uso e ocupação do solo no entorno da poligonal, utilizando imagens mais recentes.

A representação em formato vetorial utiliza pontos, linhas e polígonos para representar a geometria das entidades geográficas. Pontos são representados por um par de coordenadas, linhas por uma sequência de pontos e polígonos por uma sequência de linhas onde a coordenada do ponto inicial e final coincidem (BORGES, 2002, p.5)

Na Figura 9, verifica-se no entorno da delimitação da área em estudo pouca urbanização no lado esquerdo da imagem, sendo que no lado direito verifica-se um aglomerado de área residencial e mista.



Figura 9. Composição colorida de 2002.
Fonte: Google Earth Pro (2017).

Na Figura 10, há ainda terrenos extensos utilizados para criação de animais e pastagens no sul da Ilha.



Figura 10. Composição colorida de 2009.
Fonte: Google Earth Pro (2017).

Diferentemente das imagens anteriores, em 2012 o sul da Ilha apresenta outra característica. Na Figura 11, o crescimento urbano já é mais intenso e se aproxima da poligonal, decorrente da construção de loteamentos e do avanço das áreas residências e de usos mistos (residencial e comercial).



Figura 11. Composição colorida de 2012.
Fonte: Google Earth Pro (2017).

Na última imagem e mais atual, de 2015 (Figura 12), verifica-se o crescimento urbano maior no setor sul da Ilha. No entanto, apesar desse crescimento, a poligonal que mostra a área em estudo, não foi interferida, o que permite a utilização deste terreno para criação de equinos e bovinos, que estão sobre pressão do avanço da cidade, mas conservam atualmente as características rurais dentro do município e a permanência da pecuária extensiva.

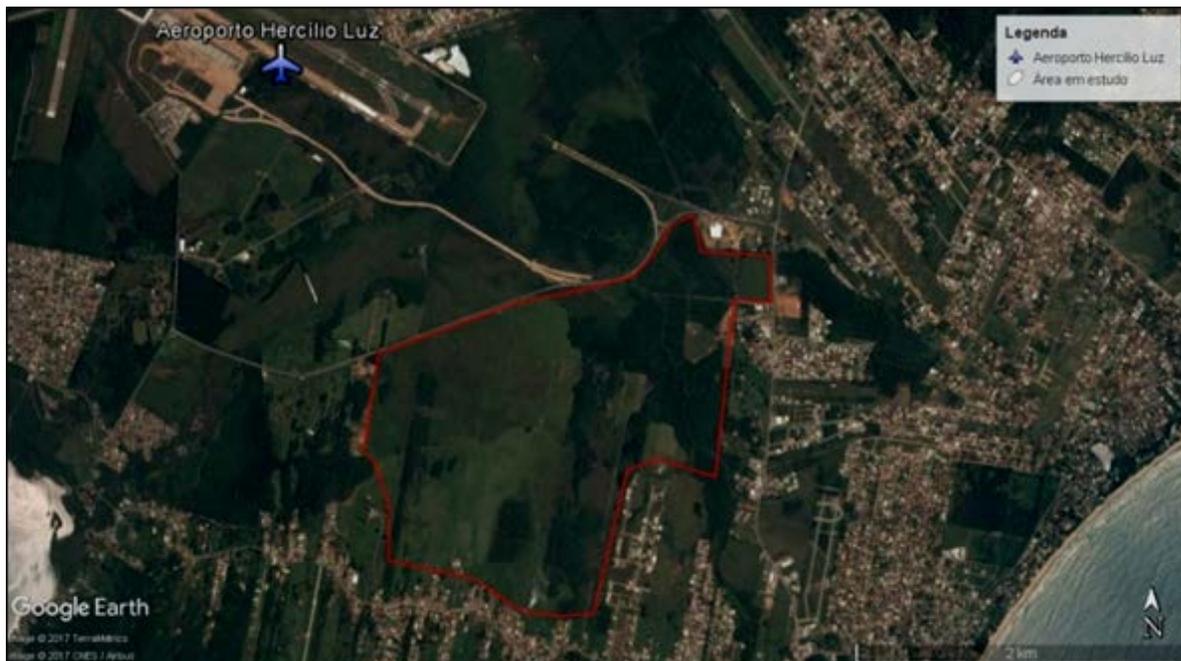


Figura 12. Composição colorida de 2015.
Fonte: Google Earth Pro (2017).

No entanto, a partir das imagens de satélites foi possível fazer uma análise temporal do uso e ocupação do solo em uma área no sul da Ilha, de Santa Catarina demonstrando que os espaços dentro do próprio município apresentam um dinamismo e contemplam diferentes usos e ocupações. Apesar da ocupação urbana em algumas áreas na Ilha de Santa Catarina, as imagens mostraram que existem áreas que encontram-se atualmente amortecidas pelo processo de urbanização, no entanto, não são consideradas como áreas urbanas consolidadas, pois o preço da terra, assim como algumas leis ambientais específicas, conservam esses espaços, no qual, são utilizados para atividades rurais, encontradas principalmente nas áreas em processo de periurbanização.

3. A QUESTÃO DA PECUÁRIA REMANESCENTE

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS CRIAÇÕES DE BOVINOS E EQUINOS NA ILHA DE SANTA CATARINA

Abramovay (2000) aplica o termo “remanescente” para o estudo do meio rural que não foi afetado pelas cidades, ou seja, serve como um marcador de atividades e espaços que possuem características tradicionais em relação ao desenvolvimento urbano. Identificar quais eram essas atividades tradicionais na Ilha seria, então, o ponto de partida para se analisar a evolução do uso e ocupação do solo, bem como o que se conservou ao longo dos anos.

Uma das atividades mais marcantes na Ilha de Santa Catarina foi a policultura, que compôs o chamado “complexo rural”, formado na colonização por pequenos produtores agrícolas em terras próprias e também de usos comunais. Este complexo rural se caracterizou pela crescente produção agrícola, principalmente, como também na criação de animais, na pesca, e no artesanato doméstico, atividades estas representativas e comuns na Ilha de Santa Catarina, conforme descreveu Alves (2012).

As áreas que eram utilizadas por membros das comunidades para levar o gado para se alimentar ou para recolher lenha e madeira, ou ainda para a agricultura, segundo Campos (1991), eram “terras de uso comum”. E, apesar de terem uso comum, isso não significava que eram terras públicas “muitos dos espaços usufruídos comunalmente são áreas privadas ou de propriedade pública em suas várias instâncias. Mesmo assim, tornou-se constante o uso comum da terra e outros bens naturais nessas áreas”. (CAMPOS, 2002, p.17)

Com o intuito de mostrar o crescimento urbano na Ilha, foram anexadas figuras de uma área do sul da Ilha, a partir de ortofotos que foram adaptadas no AutoCAD (2012) e exportadas no formato JPEG. As ortofotos são de 1957, 1977, 1994 e 2009, respectivamente, e permitem identificar o uso e ocupação do solo ao longo dos anos em algumas áreas do Sul Ilha de Santa Catarina.

A Figura 13 se remete à Ilha em 1957, mas especificamente sobre uma área ao sul da Ilha de Santa Catarina. Próximo ao aeroporto Hercílio Luz verifica-se áreas escuras que indicam vegetação em grande parte dos



Figura 14. Ortofoto de uma área localizada no sul da Ilha de Santa Catarina em 1977.
 Fonte: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (2017).

Em 2009, é notório o crescimento imobiliário para além da área central de Florianópolis (Figura 16), e no sul da Ilha percebe-se ainda que, mesmo diante do processo de urbanização, existem muitas áreas verdes e de planície que conservam a atividade pecuária atualmente.



Figura 16. Ortofoto de uma área localizada no sul da Ilha de Santa Catarina em 2009.

Fonte: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (2017).

Atualmente essas terras não apresentam os mesmos usos e no caso da criação de bovinos, alguns proprietários geralmente usam terrenos de particulares emprestados. Tudo isto leva-nos a pensar o rural integrado às transformações do momento atual de (re) organização do espaço pelo capitalismo e pelo novo ordenamento do plano diretor de Florianópolis. É preciso ressaltar que o rural não desapareceu e permanece como tal, mas recriado e integrado a novas lógicas.

Esse (novo mundo rural) passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento dos turismos rurais (ecológico e cultural) (MOREIRA, 2003, p. 132).

A atividade pecuária na Ilha de Santa Catarina está atrelada a diferentes usos, existem proprietários de dois ou três animais para os carros de boi, existe o gado familiar, normalmente para o consumo do leite, há a criação de gado de corte para a comercialização e criação de equinos para carregamento de entulhos. De acordo com a pesquisa em campo, verificou-se empiricamente que no município de Florianópolis há bairros onde é possível encontrar criação de equinos para o carregamento de entulhos (Figura 17).



Figura 17. Residência no bairro do Saco dos Limões, onde há criação de equinos para o carregamento de entulhos.

No bairro do Saco dos Limões, mesmo próximo ao centro de Florianópolis e próximo às áreas residenciais, existe uma única família que ainda conserva umas das antigas atividades tradicionais com característica do rural (Figura 18) e que tem vínculo com a renda da família, uma vez que, para manter a criação destes equinos gera gastos, no que diz respeito à alimentação e cuidado deles.

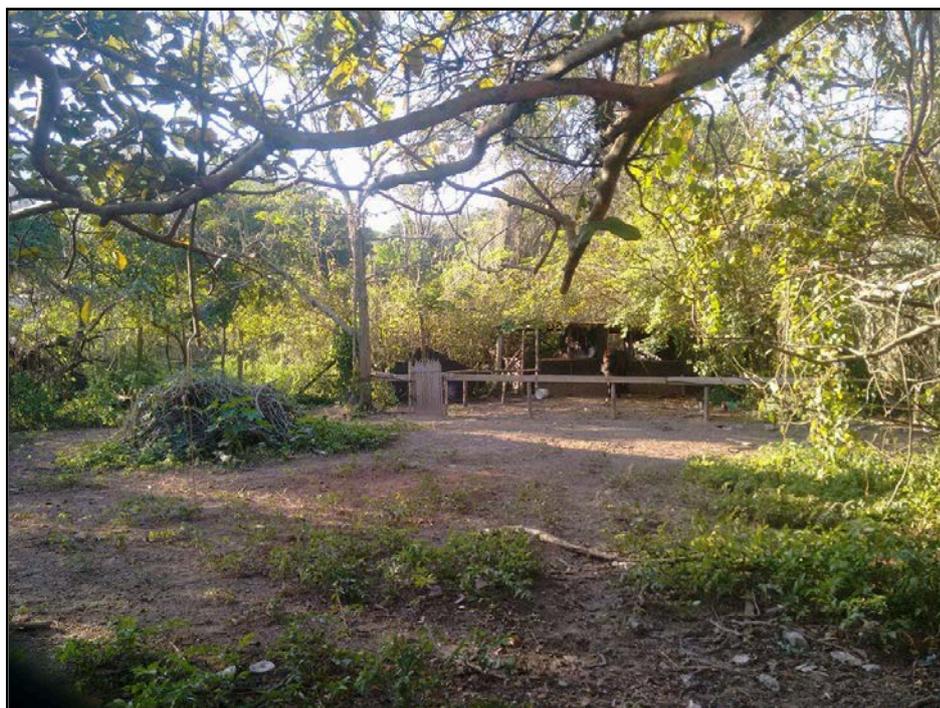


Figura 18. Terreno onde ficam os equinos no bairro do Saco dos Limões.

Além do bairro Saco dos Limões, encontra-se atividade pecuarista em outros bairros na Ilha, tanto ao norte como ao sul. Ao sul da Ilha encontram-se esta atividade nos seguintes bairros: Rio Tavares, Campeche, Tapera, Ribeirão da Ilha, Caieira da Barra do Sul e Costa de Dentro.

Foi realizada pesquisa em campo no bairro do Ribeirão da Ilha, pois é notória a presença da atividade pecuária em terrenos extensos. No bairro encontra-se uma fazenda de propriedade particular (ver Figura 19 e 20), com 300 hectares de pasto e equinos de raças, no qual são leiloados. A criação de equinos neste caso, diferentemente do uso dos equinos citados anteriormente no bairro do Saco dos Limões, são destinados para comercialização.



Figura 19. Visualização da infraestrutura da Fazenda Cordeiros, destinada a comercialização de equinos e bovinos.

A figura a seguir mostra o terreno da fazenda Cordeiros e o espaço onde os equinos ficam.

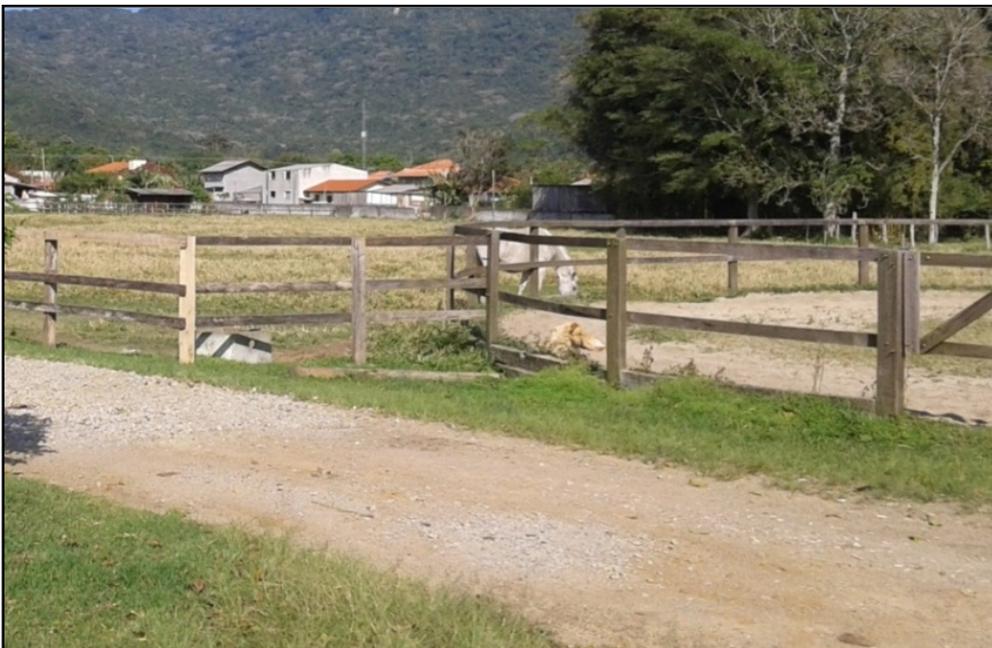


Figura 20. Fazenda Cordeiros.

Atualmente, o zoneamento das áreas rurais enquadra-se na área de usos e ocupações delimitadas, descritas como Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) e as Áreas de Preservação com Uso Limitado de Planície (APL-P), áreas estas que ainda conservam as características rurais e o uso desta atividade.

No Art. 42º, § 2º, inc.III, alínea b, da Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014, que institui o plano diretor de Florianópolis, estas áreas estão identificadas como Área de Urbanização Especial, ou seja, são “áreas urbanizáveis a partir de projeto amplo, que reserva setor predominante para preservação ambiental e adensa

a área remanescente, criando novas centralidades caracterizadas pela mescla de funções e espaços humanizados”. Ou seja, são áreas que não estão reservadas somente para uma atividade, mas que estão sujeitas a serem modificadas dependendo das funções que ali serão inseridas e do sistema de valores, sendo possível de serem urbanizadas.

A criação de gado configura-se como uma atividade de uso rural e no plano diretor de 2014, as áreas com características rurais são definidas como “Áreas de Urbanização Especial”. A Fazenda Cordeiros no bairro do Ribeirão da Ilha está inserida em Área de Urbanização Especial (Figura 21).

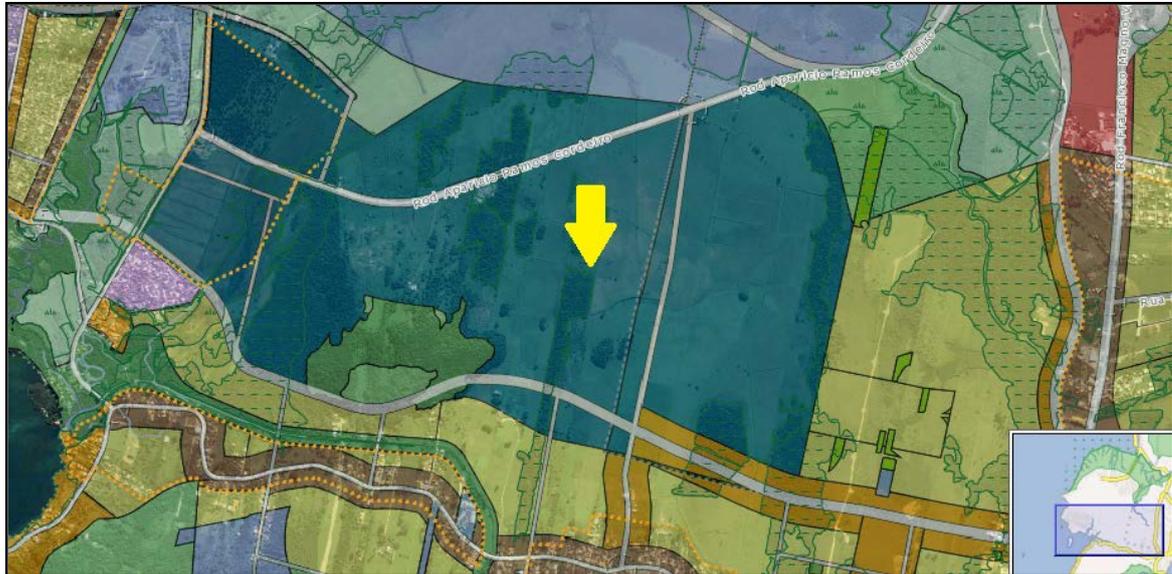


Figura 21. Área de Urbanização Especial, onde a Fazenda Cordeiros está localizada.
Fonte: Geoprocessamento corporativo (PMF, 2017). Elaboração: Autora (2017).

Mmlink	5359
Tipo	AUE
Descrição	Área de Urbanização Especial
Lei	00482/2014
Área[m2]	888325.94
Perímetro[m]	3900.47
Área Mínima	
Testada Mínima	N/A
Num Pavimentos	2
Índice. Aproveit.	0,1
Taxa Ocupação	15%
Observação	*AUE - Parcelamento Proibido

Figura 22. Legenda do zoneamento de Área de Urbanização Especial (AUE).
Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF).

Existem também, outras áreas no plano diretor que foram zoneadas e permitem a conservação da atividade pecuarista na Ilha, tais como as Áreas de Preservação Permanente (APP) e as Áreas de Preservação de Uso Limitado - Planície. De acordo com o Plano Diretor de Florianópolis (2014) as Áreas de Limitação Ambiental (ALA) são:

[...] espaços territoriais cujas características naturais são incompatíveis com a ocupação urbana, mas que não exigem a sua proteção absoluta, admitindo-se nessas áreas locais de ocorrência natural cuja característica ambiental representa limitação à ocupação urbana, que deverá ser observada, diversa das áreas de preservação permanente, podendo ocorrer à supressão de vegetação na forma e nos limites fixados na legislação ambiental específica (PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS, 2014, Art. 140).

O zoneamento a seguir permitiu analisar Área de Preservação - Uso Limitado de Planície no entorno de áreas com funções mistas (Figura 23).



Figura 23. Área de Preservação - Uso Limitado – Planície (APL - P).

Fonte: Geoprocessamento Corporativo (PMF, 2017). Elaboração: Autora (2017).

Mslink	8032
Tipo	APL-P
Descrição	Área de Preservação Uso Limitado - Planície
Lei	00482/2014
Área[m ²]	291449.02
Perímetro[m]	2293.10
Área Mínima	
Testada Mínima	N/A
Num Pavimentos	2
Índice. Aproveit.	0,1
Taxa Ocupação	10%
Observação	*APL-P - Parcelamento Proibido

Figura 24. Legenda do zoneamento de Área de Preservação Uso Limitado – Planície (APL – P).

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF).

O zoneamento de Área de Preservação de Uso Limitado de Planície pode ser visto com um condicionante que permite a conservação de áreas destinadas para criação de bovinos e equinos atualmente, como pode ser observado na Figura 25.



Figura 25. Criação de equinos no sul da Ilha de Santa Catarina.

Considerando que o que define a característica da terra como rural são os usos feitos dela, a partir das imagens, da pesquisa em campo e do Plano Diretor (PMF, 2014), foi possível verificar que existem muitas áreas ao sul da Ilha de Santa Catarina que ainda conservam a criação de equinos e bovinos e a existência desta atividade é notável em espaços naturais e propícios para este tipo de criação, como no caso de Áreas de Preservação Permanente, áreas planas e em terras de baixa fertilidade. Os espaços artificiais são vistos também como um novo domínio do rural, tendo como exemplo, o Aterro da Baía Sul, que mesmo próximo ao centro da cidade, existe uma família que ainda faz criação de equinos e se apropria do aterro como uso comum, devido às características ali encontradas, como terreno plano e vegetação que serve de alimento para os equinos.

3.2 IMPACTOS DO CRESCIMENTO IMOBILIÁRIO

Segundo Santos (2008) no Brasil, a década de 1950 ficou reconhecida pela ampliação das relações econômicas brasileiras e sua relação com a economia internacional, a partir do processo de industrialização impulsionado pelo capital estrangeiro, resultando consequentemente, no rápido crescimento das taxas de urbanização nas grandes cidades. A população urbana de 18.782.981 habitantes no país aumentou para 32.004.817 em 1960 (SANTOS, 2008).

Apesar da economia crescente favoravelmente em muitas cidades brasileiras, Florianópolis não se inseriu no processo nacional de industrialização, apresentando uma economia estagnada, concentrada no setor terciário, e principalmente sustentada pela função de capital do Estado. Destarte, essa situação desenvolveu insatisfação nos grupos social influentes aderindo como solução, à contratação de um escritório de urbanismo para a elaboração de um Plano Diretor para Florianópolis, visando o desenvolvimento econômico do município. Nesta década (de 1950) a atividade portuária entrava em crise, devido à falta de investimentos no seu desenvolvimento e modernização de suas instalações, sendo que a capital se mantinha isolada do eixo econômico do estado, tanto por seu atraso econômico, quando por sua deficiência de conexões rodoviárias com as demais regiões catarinenses (SOUZA, 2010).

Uma das propostas do Plano Diretor de Florianópolis de 1952 foi a implantação de grandes avenidas, extensos aterros sobre o mar (como no caso do aterro da Baía Sul, construído a partir de 1992 no bairro do Saco dos Limões e Costeira do Pirajubaé), áreas verdes, bairros jardim, um campus universitário (como no caso da UFSC) e um grande parque municipal. O Plano Diretor foi concluído em 1952 e aprovado pela Câmara de Vereadores de Florianópolis apenas em 1955, constituindo-se a Lei nº 246/55. Este permaneceu em vigência durante 21 anos, até 1976, quando foi aprovado um novo Plano Diretor para Florianópolis.

Conforme Souza (2010) dentre as modificações e alterações para Florianópolis estavam relacionadas ao setor produtivo e intervenções viárias, especialmente com a Avenida Beira-Mar Norte na área central. No entanto, esse plano teve um papel importante nas transformações urbanas que Florianópolis presenciou a partir da década de 1950, influenciando nas ações do capital imobiliário e fundiário e na organização sócio-espacial e manteve-se

como referência por um longo período.

A construção da Beira-Mar Norte (Figura 26) e do investimento em infraestrutura nesta área contribuiu para a extrema valorização que acabou se tornando um grande mercado para o setor imobiliário. O Plano Diretor previa para essa avenida, conforme Souza (2010), “edificações de até oito pavimentos, entretanto alterações na legislação resultaram em edificações de mais de doze pavimentos, como é possível observar hoje”.

A abertura da Av. Beira-Mar Norte ao longo da orla da baía norte, além de garantir a acessibilidade e a conseqüente valorização da área norte da península, foi a intervenção viária que procurou diferenciar e definir a marca de modernidade a este setor residencial (SUGAI, 1994, p.1994).



Figura 26. Beira Mar Norte, Florianópolis/SC.
Foto: Gabriela Souza Silva (2014).

Na área central encontravam-se áreas mais valorizadas e elitizadas de Florianópolis, que teve ao longo dos anos seu desenvolvimento, devido às belezas naturais, espaços de lazer e por oportunidades de emprego, que atraíram pessoas de classes diferentes, entre profissionais, empresários, funcionários públicos, que se fixaram em Florianópolis em decorrência do aumento do setor de comércio e serviços.

De acordo com o geógrafo Wilmar Dias (1947), em meados do século XX Florianópolis apresentava ainda um cenário urbano interiorano. O setor industrial era pequeno, constituído por pequenas fábricas de móveis e esquadrias, materiais de construção, manufatura de roupas e oficinas em geral para abastecimento e consumo locais. Ao norte e ao sul da península central da ilha ainda se concentravam grandes glebas remanescentes das antigas chácaras do século XIX. Segundo Dias (1947), mais de um quarto da área urbana de Florianópolis, nesse período, era constituída de terrenos vazios e glebas.

Em decorrência do processo de urbanização na área central, as áreas periféricas foram sendo alvos da especulação imobiliária, mesmo que em menor intensidade, no qual, verifica-se o processo de periurbanização nos bairros localizados distantes da área central, como é possível verificar na figura a seguir.



Figura 27. Loteamento de alto padrão construtivo no bairro do Campeche.

Contudo, é pertinente ressaltar, que nem todos os bairros do município, foram destinados ao novo mercado de produção e parte deles apresentam diferentes funções, como pôde ser visto na figura 7 no mapa de zoneamento do Ribeirão da Ilha. Na figura 27 verifica-se um loteamento de alto padrão construtivo, próximo a terrenos utilizados para criação de animais de grande porte, como os equinos e bovinos. No entorno deste loteamento ainda há muitos terrenos que servem atualmente de pastagem para criação destes animais, apesar do crescente domínio fundiário e especulação imobiliária, induzindo ao processo de periurbanização.

4. DINÂMICA EVOLUTIVA ATUAL DA ATIVIDADE PECUÁRIA

4.1 DESEMPENHO DO SETOR PRODUTIVO

O crescimento populacional, ocupação urbana, mudanças nos planos diretores, tem favorecido na dinâmica do uso e ocupação do solo, assim como no setor econômico. Fazendo uma abordagem em âmbito nacional, boa parte da população brasileira era rural e a partir do governo de Getúlio Vargas houve uma política desenvolvimentista, em 1950 e posteriormente com o “boom” imobiliário a partir de 1970, que impulsionaram a industrialização, o comércio e também a migração da população que residenciava no interior para cidade em busca de emprego.

No estado de Santa Catarina, o processo histórico-social e econômico, está relacionado com o desempenho do meio rural desde os primórdios, principalmente por produtores familiares, que “apesar das alterações nos processos econômico-sociais locais e mesmo regionais, a produção agrícola e pecuária continuava, até meados do século XX, com um peso marcante quanto à subsistência da família rural, mas que também comercializava o excedente” (CANCELIER, 2013, p.10).

No caso de Florianópolis, diferentemente de outras regiões do estado de Santa Catarina, como a Região Norte e do Vale do Itajaí que tiveram sua economia baseada na indústria, Florianópolis possuía uma economia inicial de subsistência, e uma economia de pequena produção mercantil, caracterizada por agrícola-pesqueira.

Ressalta-se que em Santa Catarina, em todo o processo histórico de produção e transformação do campo, tornou-se um dos estados brasileiros de maior importância em se tratando da produção rural destacando-se na produção de diversos produtos, como maçã, alho, cebola, mandioca, suínos, aves, horticultura, gerando um setor agroindustrial dos mais importantes do país (CANCELIER, 2013, p.10).

Do ponto de vista histórico, a base econômica de Florianópolis deve ser lembrada desde os povoadores açorianos no século XVIII. A feição econômica dos açorianos instalados em Florianópolis era baseada no campesinato: pequenos lotes, propriedade privada, trabalhando com mão-de-obra familiar e, ocasionalmente, de algum agregado. Os açorianos dedicavam-se principalmente à pequena produção agrícola até a primeira metade do século XIX, com plantação de mandioca, milho, cana de açúcar, feijão, café e algodão e a pesca como uma

atividade complementar. Nos engenhos, era fabricada a farinha de mandioca, o melado, o açúcar mascavo e a cachaça. (CECA, 1996).

Mesmo quando, na segunda metade do século XIX, a atividade pesqueira decaiu, a agricultura ainda permaneceu. A produção era destinada para suprir a necessidades das famílias, sendo que os produtos não eram comercializados em grande escala. No entanto, no século XVIII, a mão de obra açoriana instalada na Ilha baseava-se entre a roça e a pesca.

Enquanto em algumas localidades da Ilha sobressaía-se a agricultura, como era o caso do Córrego Grande e do Ribeirão da Ilha, em outras predominava a pesca: Canasvieiras e Ponta das Canas. Havia outras localidades, como a Lagoa da Conceição, nas quais, além da roça e da pesca, sobressaía-se a indústria doméstica (CECA, 1996, p. 65).

O rural era visto como um atraso no processo de expansão econômica, então, a partir de 1950 foram sendo adotadas medidas desenvolvimentistas, a partir de reformas urbanas, com o objetivo de modernização no território brasileiro, alterando consequentemente a relação entre rural e urbano com a própria dinâmica do modo de produção capitalista em expansão (CECA, 1996).

Em meados do século XX, o setor imobiliário cresceu significativamente em Florianópolis e em várias capitais do país, de forma a atender as demandas do mercado, o que atraiu novos moradores oriundos de outras cidades e estados. Assim sendo, não só cresceu o comércio, como a população residente também. Com a modernização das técnicas de produção, as atividades tradicionais e de subsistência foram sendo impactadas pelo crescimento econômico que passaram a atender a demanda do consumo.

Atualmente, o Produto Interno Bruto (PIB) a preço corrente em Florianópolis corresponde à R\$17.328.527,00 e per capita de R\$ 37.546,32 (IBGE, 2014). Os serviços correspondem o principal setor em destaque no PIB, porém a agropecuária apresenta dados significativos e crescentes nos últimos anos evidenciado no Gráfico 1, devido às novas demandas do mercado de produção.

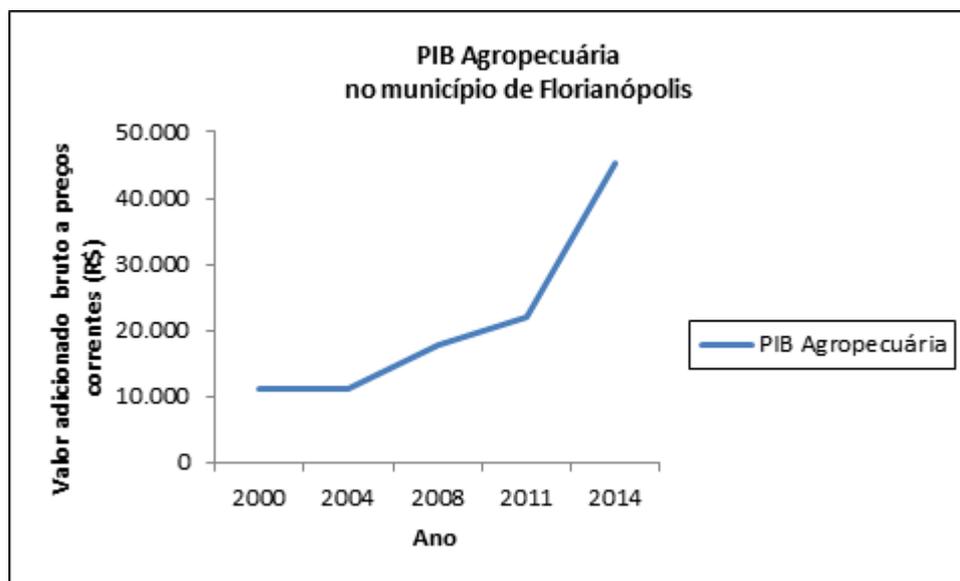


Gráfico 1. Crescimento do PIB da agropecuária no município de Florianópolis a preços correntes (R\$).

Fonte: Produto Interno Bruto Municipal – 200, 2004, 2008, 2011 e 2014 (IBGE, 2017).

O aumento do PIB da agropecuária pressupõe a interligação dos órgãos da produção e modernização agrícola e pecuária sobre a questão política da extensão do rural, com o intuito de atender as demandas do mercado, favorecendo aos interesses da indústria.

A prática de criação de animais de pequeno porte foi introduzida pelos imigrantes, inicialmente como atividade de subsistência, vindo posteriormente a ser unidade de negócio de muitas empresas vinculadas à indústria de abate e processamento de carnes (FACHINELLO; SANTOS FILHO, 2010).

No estado de Santa Catarina, o setor agropecuário desempenha características produtivas distintas, sendo que algumas com registro de especialização e outras com padrão de diversificação produtiva.

Entre as principais características produtivas, destacam-se, na mesorregião Oeste, a especialização produtiva em aves, suínos, soja e maçã; na Norte, domínio da atividade produtiva

voltada à pecuária extensiva e leiteira, arroz, hortaliças, fruticultura e silvicultura; na Serrana, forte presença do extrativismo madeireiro, reflorestamento, soja, alho e maçã; no Vale do Itajaí, várias culturas presentes, dentre as quais o fumo, arroz, cebola, banana, madeira e leite; na Grande Florianópolis, a atividade produtiva é dispersa e volta-se para a produção de banana, laranja, uva, cebola, fumo, tomate e leite; enquanto que o Sul catarinense dedica-se, sobretudo à produção especializada em fumo e arroz, e à diversificação em outras áreas, como em fruticultura, mandioca e ovos (PORTAL, DA ECONOMIA DE SANTA CATARINA, 2013).

Considerando o aumento dos setores econômicos ao longo dos anos no município de Florianópolis, a Tabela 1 mostra a evolução do PIB do setor da agropecuária, da indústria e do serviço nos anos em destaque.

A Tabela 1 mostra a comparação dos setores pertencentes Produto Interno Bruto do município de Florianópolis/SC.

PIB de Florianópolis				
	2000	2004	2008	2014
Agropecuária	11.102	18.318	25.118	45.195
Indústria	278.687	542.333	900.603	1.564.566
Serviços	2.193.209	3.582.498	5.909.366	10.741.117

Tabela 1. Comparação do Produto Interno Bruto do município de Florianópolis/SC.
Fonte: IBGE, 2017. Elaboração: Autora (2017).

A Tabela 2 mostra o aumento da quantidade de bovinos em Florianópolis nos anos de 2004 e 2015, considerando um aumento de 2.960 cabeças.

Efetivos bovinos	
Ano	Quantidade
2004	2400
2015	5360

Tabela 2. Quantidade de efetivos bovinos no município de Florianópolis/SC.
Fonte: IBGE Cidades (2017). Elaboração: Autora (2017).

A Tabela 3 mostra o aumento da quantidade de equinos em Florianópolis nos anos de 2004 e 2015.

Efetivos equinos	
Ano	Quantidade
2004	450
2015	2365

Tabela 3. Quantidade de efetivos equinos no município de Florianópolis/SC.
Fonte: IBGE Cidades (2017). Elaboração: Autora (2017).

Diferentemente das outras tabelas, a Tabela 4 mostra os dados sobre a faixa etária dos bovinos atualmente no município de Florianópolis, representando um total de 21.316 bovinos.

Espécie Animal: Bovino			
Faixa Etária	Macho	Fêmea	Total
Acima de 36 meses	6188	11860	18048
25 a 36 meses	564	576	1140
13 a 24 meses	508	588	1096
0 a 12 meses	488	544	1032

Tabela 4. Espécie de animal bovino no município de Florianópolis/SC.

Fonte: Contato via email CIDASC (2017).

A Tabela 5, evidencia a espécie de equino representada por gênero no município de Florianópolis.

Espécie Animal: Equino		
Macho	Fêmea	Total
2062	1574	3636

Tabela 5. Espécie de animal equino por gênero no município de Florianópolis/SC.

Fonte: Contato via email CIDASC (2017).

Com base na tabela 2 e 3, foi elaborado o Gráfico 2, de forma a mostrar de forma mais didática evolução dos efetivos equinos e bovinos no município.

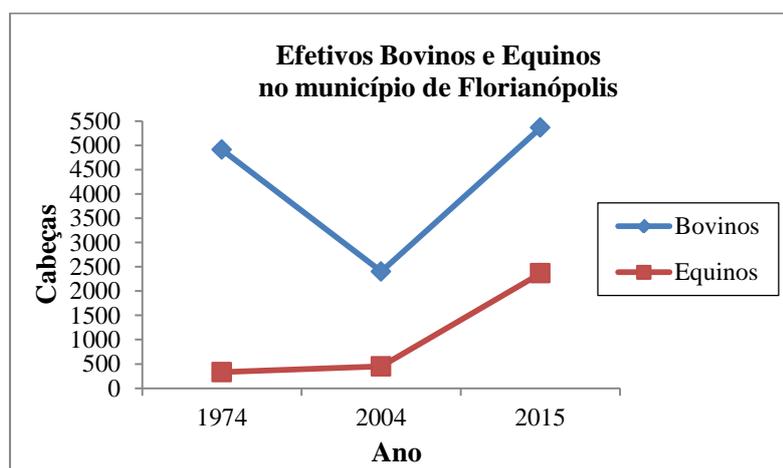


Gráfico 2. Evolução da quantidade de bovinos e equinos por cabeça no município de Florianópolis/SC.

Fonte: IBGE e IPEA (2017).

Os dados das tabelas apontam que existe atualmente uma quantidade expressiva de animais de grande porte na Ilha de Santa Catarina, como os equinos e bovinos, encontrados em bairros tanto ao norte como ao sul da Ilha. Com esses dados, pode-se concluir que o rural não desapareceu totalmente e que esta atividade desempenha um papel importante no setor agropecuário e para economia do município. Além disso, o investimento nestes animais pode ser considerado com uma atividade econômica rentável aos criadores que utilizam estes animais para determinadas funções.

4.2 FATORES CONDICIONANTES PARA A DIMINUIÇÃO DOS ESPAÇOS UTILIZADOS PARA PECUÁRIA

O crescimento populacional, ocupação urbana, mudanças nos planos diretores, tem favorecido na dinâmica econômica dos municípios. Fazendo uma abordagem em âmbito nacional, até meado da década de 1940 uma significativa parte da população brasileira era rural e a partir do governo de Getúlio Vargas houve uma política desenvolvimentista, a partir dos anos 50 e com o “boom” nos anos 70, impulsionando a industrialização, comércio e também a migração da população que residenciava no campo para capital em busca de emprego no comércio e na construção civil. No caso de Florianópolis, diferentemente de outras regiões do estado de Santa Catarina, como a Região Norte e do Vale do Itajaí que tiveram sua economia baseada na indústria, Florianópolis tinha sua economia baseada na pesca, no comércio local, na administração pública e também na produção para o meio de subsistência. Foi então, a partir de 1950 que foram sendo adotadas medidas desenvolvimentistas, com

reforma urbana para cidade com o objetivo de modernização.

O setor imobiliário cresceu significativamente em Florianópolis, atendendo as demandas do mercado e dando origem a novos moradores de outros locais, com isso não só cresceu o comércio, como a população residente também, não vivendo apenas os nativos, mas abrigando novos moradores. Com a modernização, as atividades tradicionais foram sendo impactadas pelo crescimento urbano que passaram a atender a demanda do mercado moderno. É pertinente ressaltar que atualmente a cidade cresceu tanto horizontalmente, como verticalmente com a construção de edifícios nos bairros de Florianópolis.

Um dos fatores que explica o desaparecimento da agricultura e dos espaços para criação de bovinos na Ilha foi a compra das terras por empresários, comerciantes e pelo domínio de poder público para construção do sistema viário que interligasse o norte e sul com a área central. Neste viés, a dispersão urbana tem desenvolvido novas e diversas atividades econômicas e funcionalidades, que são resultado dos interesses do poder público e privado.

Com o crescimento urbano, e o aumento de habitantes, acima de vinte mil habitantes, tornou obrigatório o Plano Diretor conforme a Constituição de 1988, além de novos dispositivos legais do Estatuto da Cidade. O processo de urbanização em Florianópolis, antiga Desterro, iniciou na década de 1950, com a implantação de primeiras obras urbanas. Com 41.338 habitantes em 1920 (IBGE), o município já apresentava obras e saneamento e em 1930 já estavam sendo elaboradas pequenas reformas urbanas, mas o sistema viário continuava precário em relação a outras grandes cidades.

Florianópolis no início dos anos 50 apresentava graves problemas de circulação intra-urbana, devido à descontinuidade de seu sistema viário. Os vazios urbanos determinados pela existência de grandes glebas de terra na porção norte da península, remanescentes das antigas chácaras, agravavam essa situação (SOUZA, 2010, p. 83).

O primeiro plano diretor teve como diretriz estabelecer relação entre o centro urbano e a área continental, buscando o crescimento do interior e estabeleceu limites de ocupações. De forma a conter e priorizar as áreas com atividades tradicionais (tais como a agricultura e pesca), foram criados zoneamentos específicos. Porém, com o aumento da urbanização e de questões políticas muitas áreas rurais foram transformadas em áreas de expansão urbana, por meio de alterações legais dos perímetros urbanos ou de ocupações clandestinas, cujas modificações são decorrentes de interesses específicos.

Embora Florianópolis tenha sido pioneira na implantação de seu sistema de saneamento e seu primeiro Plano Diretor da cidade seja de 1955, a partir da expansão urbana dos anos 70 iniciou-se um processo de defasagem dos planos diretores em relação à realidade e à intervenção casuística na legislação urbana (CECA, 1996, p. 120).

No entanto, a partir dos anos oitenta, o turismo em Florianópolis configura o crescimento econômico do município influenciando direta e indiretamente nas políticas para o desenvolvimento urbano e regional. Neste viés, Machado menciona que “atividades ligadas às indústrias de construção civil e empreendimentos hoteleiros despontam entre aquelas que buscam, dentro de seus estilos, abocanhar o máximo da fatia desse novo tipo de geração de renda” (MACHADO, 2000, p. 177).

Apesar do setor de comércio e serviços continuarem como os principais contribuintes para a economia de Florianópolis, a relação do urbano com o rural, fez com que a demanda da produção do campo aumentasse em detrimento de forma a atender a demanda da cidade, pois conforme o aumento da população, estas necessitam de mais alimentos, de mercado, etc. Os dados indicados nas tabelas, apontaram que o setor agropecuário não cessou, mas, teve forte influência do capital investido em empresas destinadas a comercialização da carne e de outros produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram analisados alguns espaços rurais no sul da Ilha de Santa Catarina, dando ênfase para atividade pecuária, onde foi possível verificar empiricamente e nas imagens de satélites, que ainda há espaços que conservam o rural, mesmo diante do crescimento urbano. A presença desta atividade gerou um questionamento sobre seu uso e ocupação atualmente e sua perspectiva, o que instigou a pesquisa.

As primeiras atividades tradicionais encontradas em Florianópolis eram baseadas em atividades de subsistência, tais como a agricultura, a pesca, a pecuária e na produção artesanal, no qual, apresentaram ao longo do século XX, diferentes graus de transformação, devido principalmente à integração as áreas voltadas à produção agrícola e pesqueira com o processo de urbanização. A utilização de terras de usos comuns foram, em grande parte, apropriadas pelo poder público e por empresários, a partir de incentivos de modernização da cidade em 1920. Consequentemente, para atender a demanda capitalista diante do processo de urbanização, a terra foi perdendo seu valor de uso comum e passou a ter valor de troca, tornando-se um investimento da especulação imobiliária.

Tais medidas de transformações se remetem aos interesses do capital imobiliário, um dos condicionantes que modificou as relações socioprodutivas no município, principalmente com as construções das duas pontes de acessos, a Ponte Colombo Salles (1975) e a Ponte Governador Pedro Ivo Campos (1991) e também, com a implantação dos órgãos públicos na área central. Salienta-se que o investimento em infraestrutura não só valorizou as áreas centrais como algumas áreas mais distantes e afastadas do centro, que estimularam a construção dos loteamentos urbanos e empreendimentos turísticos.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em mostrar que a Ilha de Santa Catarina não configura-se como uma cidade consolidada, sendo que, em vários bairros encontram-se a atividade pecuária. Porém, o crescimento urbano gera, no entanto, uma preocupação e questionamento sobre a perspectiva dos espaços de lazer e rurais, que estão cada vez mais sobre pressão do avanço da cidade. Apesar do crescimento urbano, foi possível verificar a partir dos resultados da pesquisa em campo e da análise temporal, que o espaço rural e a atividade pecuária não foram extintos na Ilha de Santa Catarina, ou seja, existe uma dinâmica ocupacional ocorrendo atualmente, onde o rural e o urbano estão em constante evolução. A urbanização, no entanto, apresenta-se como um processo que ocorre de forma heterogênea em todos os espaços do município, pois, existem fatores que permitem a conservação atual da pecuária.

De certo modo, a Ilha de Santa Catarina está sobre pressão do processo de urbanização, mas não representa a cidade consolidada, devido às atividades que são exercidas nos espaços ditos rurais, fazendo com que o capital imobiliário não se instale, apesar de que seus efeitos fazem-se sentir quando as atividades tradicionais cessam e são substituídas por atividades econômicas ou por ocupações urbanas. A periurbanização se constitui, neste caso, como uma fase inicial do processo de urbanização, porém de forma mais lenta, principalmente em bairros onde a infraestrutura e o sistema viário ainda é precário. A permanência de atividades tradicionais são incompatíveis com a urbanização, pois conservam as características rurais.

Além disso, a criação de animais de grande porte é uma importante atividade econômica que influencia diretamente no aumento do Produto Interno Bruto do município. Evidentemente, os dados apresentados foram expressivos para demonstrar que o município de Florianópolis não está totalmente urbanizado e apresenta características do rural perante as atividades econômicas exercidas, devido à segregação social interna existente. Por se tratar de um tema bastante complexo atualmente em relação ao uso e ocupação do solo no município de Florianópolis e também nos municípios brasileiros, esta pesquisa norteia novas pesquisas sobre o rural e o urbano, relacionadas sobre quem são os proprietários desses espaços com características do rural, seus interesses e suas perspectivas de usos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 702)
- ALVES, ALVES Celina. **Evolução e dinâmica dos usos agrários na Ilha de Santa Catarina**. (2012).
- AMORA, Ana Mª g. Albano. **O Lugar do Público no Campeche**. Florianópolis, GCN/CFH/UFSC, dissert. de mestrado, 1996.
- ARONOFF, S. *Geographic information systems: a management perspective*. Ottawa: DL Publications, 1989. 249p.
- BANZO, Mayte. *Del espacio al modo de vida. La cuestión periurbana en Europa Occidental: los casos de Francia y España. Lo urbano-rural, nuevas expresiones territoriales*, p. 207-241, 2005.
- BEZERRA, Romeu Augusto de Albuquerque. **"A terra urbana em Florianópolis (SC): loteamentos e desmembramentos de 1940 a 2001."***Florianópolis: UFSC* (2002).GOODMAN, D. The quality "turn" and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 19, p.1-7, 2003.
- BORGES, Karla AV. **Modelagem de Dados Geográficos–Curso de Especialização em Geoprocessamento**. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2002.
- CAMPOS, Nazareno J. de. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, EDUFSC/Fundação Catarinense de Cultura, 1991.
- CAMPOS, Nazareno J. de. **Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina**. *Geosul*, v. 17, n. 34, p. 113-136, 2002.
- CANCELIER, Janete Webler. *A agricultura familiar como agente produtor do espaço rural*. In: Campos. J. N., BRANDT, M., CANCELIER, J. W. [orgs]. *O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos*. 1ª edição. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- CATALÃO, Igor. *Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate*. **Formação (Online)**, v. 2, n. 18, 2012.
- CENTRO DE ESTUDOS CULTURA et al (CECA). **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina**. Editora Insular, 1996.
- COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA (CIDASC). Disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/>. Contato em: 13 de jun. de 2017.
- DIAS, Wilmar. **"Florianópolis, ensaio de geografia"**. In: DECG: Boletim Geográfico. Florianópolis, ano 1, nº1, janeiro, 1947.
- _____. **"Florianópolis, ensaio de geografia"**. In: DECG: Boletim Geográfico. Florianópolis, ano 1, nº2, julho, 1947.
- _____. **"Florianópolis, ensaio de geografia"**. In: DECG: Boletim Geográfico. Florianópolis, ano 1, nº3, janeiro, 1948.
- FACHINELLO, A. L.; SANTOS FILHO, J. I. **Agricultura e agroindústria catarinenses: panorama, impasses e perspectivas do sistema agropecuário**. In: MATTEI, L.; LINS, H.N. *A socioeconomia catarinense –cenários e perspectivas no início do século XXI*. Chapecó: Ed. Argos, 2010, p. 159-196.
- GOOGLE EARTH PRO. 2017. Disponível em: <<https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>>. Vários acessos.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades*. Santa Catarina: Florianópolis. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420540>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. Produto Interno Brutos dos Municípios – 2000, 2004, 2008e 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=42&idtema=125&codv=v06&search=santa-catarina|florianopolis|sintese-das-informacoes-2011#>>. Acesso em: 18 abr. 2017.
 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 18 abr. de 2017.

FLORIANÓPOLIS. IPUF. Atlas do município de Florianópolis. Coordenação de Maria das Dores de Almeida Bastos. Florianópolis: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, 2004.166p.

KUPKA, Roselane Neckel; ANTONACCI, Maria Antonieta. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis - 1910/1930**. 1993. 155f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

LENZI, Maria Helena. **Das imagens à ausência. Das imagens, a ausência**: um estudo geográfico sobre a ilusão do tempo nas imagens de Florianópolis. 2010. 116 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós -Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MACHADO, Ewerton. **Florianópolis: um lugar em tempo de globalização**. 2000. 272f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MAMIGONIAN, Armen. Habitat Rural Açoriano. **Atlas geográfico de Santa Catarina. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. Florianópolis**, 1959.

MARX, K.O Capital. Rio de Janeiro, Brasileira, Livro 3, v. 6, p. 705-1078, 1980.

MOREIRA, Roberto José. **Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade**. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, abr., 2003.

NEVES, Jasiel. **Uso da terra e a urbanização dos ambientes costeiros da Ilha de Santa Catarina, SC, Brasil**. 2017. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017.

PORTAL, DA ECONOMIA DE SANTA CATARINA. **Economia de Santa Catarina: Análise das Características Produtivas**. 2013. Disponível em: <http://novosite.fepese.org.br/portaldeconomia-sc/index.php?c=economia#_Toc346963997>. Acesso em: 03 ago. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). Geoprocessamento Corporativo. Disponível em: <<http://geo.pmf.sc.gov.br/>>. Acesso em: 16 maio de 2017.

PROST, Brigitte. Du rural au péri-urbain: conflit de territoire et requalification de l'espace/Territorial conflict and spatial change: the rural-peri-urban transformation. **Revue de géographie de Lyon**, v. 66, n. 2, p. 96-102, 1991.

REIS, Almir Francisco. **Permanências e transformações no espaço costeiro: formas e processos de crescimento urbano-turístico na Ilha de Santa Catarina**. 2002. 287 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SÁNCHEZ, H. La agricultura en las ciudades y su periferia: un enfoque desde la geografía. **Investigaciones geográficas**, n. 53, p. 98-121, 2004.

SÁNCHEZ, H. Periurbanización y espacios rurales en la periferia de las ciudades. **Procuraduría Agraria, Estudios Agrarios**, 2009.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
 SOUZA, Jéssica Pinto de et al. O Plano Diretor de 1952-1955 e as repercussões na estruturação urbana de Florianópolis. 2010.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte-ilha**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1994.

TRINDADE, Larissa Carvalho. **Os manguezais da Ilha de Santa Catarina frente à antropização da paisagem**. 2009. 220 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis, SC: UFSC, 1993. 390p.

OLAYA, Víctor. **Sistemas de Información Geográfica**. Libro SIG, 2011.